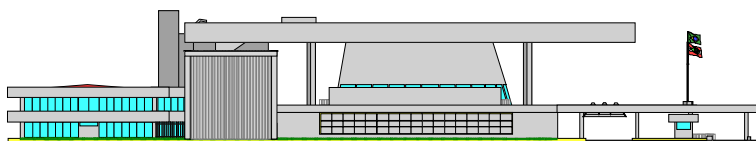


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 2 DE JUNHO DE 2011

NÚMERO 6.291

17ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa
MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Sílvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS
TRABALHADORES**
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL
Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Romildo Titon – Presidente
Dado Cherem - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Maurício Eskudlark
Elizeu Mattos

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Manoel Mota
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Manoel Mota
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E
POLÍTICA RURAL**

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-
Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente
Angela Albino
Altair Guidi
Sílvio Dreveck
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Maurício Eskudlark

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Gilmar Knaesel - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Marcos Vieira
Sargento Amauri Soares
Sílvio Dreveck
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Marcos Vieira - Presidente
Maurício Eskudlark
Sargento Amauri Soares
Kennedy Nunes
Jean Kuhlmann
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E
ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino de Oliveira
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO
AMBIENTE**

Neodi Saretta
Gilmar Knaesel
Altair Guidi
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino de Oliveira
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente
Dirce Heiderscheidt
Maurício Eskudlark
Angela Albino
Kennedy Nunes
Ismael dos Santos
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E
DO MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino de Oliveira
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente
Sílvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Manoel Mota
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Mauro de Nadal
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Manoel Mota
Aldo Schneider
Dirceu Dresch
Angela Albino
José Nei Alberton Ascari
Dado Cherem

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2291 EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 046ª Sessão Ordinária realizada em 31/05/2011 2 Ata da 011ª Sessão Extraordinária realizada em 31/05/2011 10 Ata da 012ª Sessão Extraordinária realizada em 31/05/2011 12</p> <p>Atos da Mesa Ata da Mesa DL..... 15</p> <p>Publicações Diversas Ata da Procuradoria..... 15 Atas de Comissões Permanentes 16 Aviso de Licitação 17 Extratos 17 Ofício 18 Portarias 19 Projetos de Lei 19 Projeto de Resolução 20</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 046ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Declara apoio da bancada do PT à aplicação do piso do magistério sobre o plano de carreira; presta contas da vistoria às obras de reconstrução no Morro do Baú, em Ilhota.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Destaca a viagem que realizou à Europa em companhia do governador Raimundo Colombo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Enfatiza a importância da missão do governador à Europa.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Tece considerações a respeito do BRDE; reporta-se à visita que fez ao IGP e à importância da duplicação da BR-470.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Acrescenta que o IGP na cidade de Blumenau está em estado de calamidade.

Partidos Políticos

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Faz uma retrospectiva de como foi criado o ministério da Pesca.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Solidariza-se com o deputado Edison Andrino.

DEPUTADO DADO CHEREM - Refere-se à insegurança pública que assusta os lares de Camboriú.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda a problemática do piso salarial dos professores.

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI (aparte) - Enfatiza a necessidade de o governo do estado promover a valorização da Educação e dos professores.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Manifesta-se a respeito do problema da greve dos professores.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Tece comentários relacionados à questão da BR-101, do anel de contorno viário da Grande Florianópolis; reporta-se à necessidade de uma solução para o problema da Educação; aborda a questão do DNIT.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (pela ordem) - Manifesta alegria pelo DNIT responder perguntas a respeito das obras em SC.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Convida para reunião da comissão especial do Senado, que trata a questão da Defesa Civil.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Menciona a 18ª Festa da Solidariedade da Ajos; registra licitação da BR-280; reporta-se à situação dos professores de SC.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (aparte) - Contesta fala do deputado Darci de Matos; manifesta preocupação em resolver o problema dos professores.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Expressa sua preocupação com o impasse entre governo e os professores em greve.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Solicita ao líder do governo e ao deputado Marcos Vieira o pagamento das bolsas de estudo decorrentes do art. 170.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra que a bancada do PMDB acompanha o projeto do deputado Padre Pedro Baldissera.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Esta Presidência, primeiramente, cumprimenta os professores que se encontram neste plenário na pessoa do seu ex-professor Romani. É um prazer tê-los nesta Casa e sejam todos bem-vindos!

Passamos às Breves Comunicações.

A primeira oradora inscrita é a deputada Ana Paula Lima por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada Dirce Heiderscheidt, cumprimentar os alunos do 5º ano da Escola Municipal Tiroleses, do município de Timbó, que se fazem presentes nesta Assembleia Legislativa, juntamente com a coordenadora, professora Nádia Carla Bogo Zaneta, com a professora Mariléia Butsck e com as auxiliares Ângela e Juliana, da região do médio vale do Itajaí.

Sejam muito bem-vindos à Assembleia Legislativa.

Futuramente, sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, essas crianças poderão ser, quem sabe, deputados e deputadas nesta Assembleia.

Quero cumprimentar também, com muito carinho e respeito, a professora e presidente da Associação Catarinense de Professores, Maria de Andrade Silva, aqui presente, juntamente com as representantes dos 25 núcleos das SDRs de todo o estado de Santa Catarina. Elas vieram a esta Casa, srs. parlamentares, pedir o nosso voto contrário à MPV encaminhada pelo governo do estado e que está sendo analisada na comissão de Constituição e Justiça. Quero deixar claro desde já que a nossa bancada já se manifestou contrária porque quer a aplicação do piso nacional do magistério em cima do plano de carreira.

Como bem mencionou o deputado Gelson Merisio, presidente desta Casa, ao cumprimentar um professor da região de Xanxerê, todos passamos pelas mãos de um professor e de uma professora e por isso merecem o respeito de toda a sociedade.

Falando nisso, sr. presidente e sra. deputada, na semana passada, deputados Neodi Saretta e Volnei Morastoni, e v.exas. estavam presentes, o líder do governo à época assumiu a responsabilidade de marcar um encontro com o governador do estado. Porque àquela altura já havíamos percebido a gravidade do assunto, deputada Dirce Heiderscheidt, ou seja, que os professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina estavam paralisados, como estão até a data de hoje, por falta de diálogo entre o governador e o secretário de estado da Educação. Na semana passada o então líder do governo se pronunciou no microfone de apartes anunciando que na quinta-feira os canais de negociação estariam abertos. Lamentavelmente, não aconteceu essa reunião.

Por isso, mais uma vez, estamos utilizando esta tribuna para pedir que o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, marque uma audiência com o governador, juntamente com os líderes dos partidos políticos, com representantes da Associação dos Professores de Santa Catarina e com representantes do Sinte, para que possam sentar numa mesa e começar a negociação contra a MPV e a favor da aplicação do piso nacional em cima do plano de cargos e salários.

Reafirmo que é justa a reivindicação dos professores. É lei e tem que ser cumprida! Já deveria ter sido cumprida há dois anos! O que deveríamos estar discutindo, hoje, é o retroativo que vocês não receberam.

(Palmas das galerias)

Mas sejam muito bem-vindos!

Acredito que os líderes irão assinar, professora, concordando com a abertura de um espaço nesta Casa para um pronunciamento seu ou de outra liderança, para se fazer ouvir pelos parlamentares que ainda não estão convencidos de que devem votar contra essa MPV encaminhada pelo governo.

Venho à tribuna também para fazer uma prestação de contas, sra. deputada e srs. deputados, porque uma comissão desta Casa ficou de vistoriar as obras de reconstrução que estão sendo realizadas no Morro do Baú, em Ilhota, município onde aconteceu uma catástrofe em 2008.

Solicito à assessoria que proceda à exibição de um pequeno vídeo que vai demonstrar a situação do Morro do Baú.

(Procede-se à exibição do vídeo.)

Srs. deputados e sra. deputada, essa é a realidade, deputado Sargento Amauri Soares - e v.exa. esteve presente na visita ao complexo do Morro do Baú. Tamanho é o descaso: recursos públicos aplicados em pontes que em menos de um ano já caíram e o estado das casas que estão sendo construídas para as pessoas que perderam as suas. É caso de polícia!

O Ministério Público já foi acionado e a Assembleia Legislativa já montou um dossiê sobre a situação do Morro do Baú. Foi uma catástrofe ocorrida há dois anos e até hoje existem pessoas sem casa. As mães, como pudemos observar, têm dificuldades e medo de mandar seus filhos para a escola porque o edifício foi construído atrás de um morro que está desmoronando. Quando chove as crianças têm medo de ir à escola!

Portanto, esperamos uma resposta, o mais rapidamente possível, do secretário de Infraestrutura, Valdir Cocalchini, que prometeu agilizar esse processo para que os recursos públicos aplicados no complexo do Morro do Baú sejam utilizados de acordo com o que a comunidade necessita.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Esta Presidência gostaria de cumprimentar as coordenadoras regionais da Associação Catarinense de Professores, bem como também a presidente, sra. Maria de Andrade Silva.

Quero, ainda, em nome da professora Neiva, de Concórdia, cumprimentar todos vocês.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, comunidade catarinense, gostaria de saudar, em nome da representante de Canoinhas, todas as professoras aqui presentes e dizer que impasses somente se resolvem com diálogo. Esperamos que esse diálogo aconteça e que haja um acordo entre o magistério e o governo.

(Palmas das galerias)

Sr. presidente, preocupado com a Saúde, nos últimos 15 dias estive falando com o governador Raimundo Colombo, com o vice-governador Eduardo Pinho Moreira e com o

secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, a fim de que seja implantada em Canoinhas uma nova metodologia no tratamento de doenças, principalmente no que se refere às cirurgias eletivas que estão represadas.

Há no estado de Santa Catarina um grande número de pacientes que necessitam de cirurgias que podem se tornar cirurgias de emergência - uma hérnia inguinal encarcerada, uma vesícula aguda. Mas algumas dessas cirurgias podem ser tratadas de maneira eletiva e não de emergência, desafogando, portanto, as emergências dos nossos hospitais.

Essa nossa proposta para que acontecesse a ação governamental tinha que ter, primeiramente, o aval do governador Raimundo Colombo. Mas eu vou concluir esse assunto no horário dos Partidos Políticos, srs. deputados.

Quero reportar-me, catarinenses, à viagem feita ao exterior juntamente com o governador Raimundo Colombo, o líder do governo, deputado Elizeu Mattos, o secretário Antônio Ceron, outros secretários e os reitores de universidades que estiveram presentes em eventos. Enfim, ao saudar os membros da comitiva e a imprensa que foi conosco, gostaria de dizer que foi uma viagem proveitosa que vou tentar relatar aos senhores.

Estivemos na Alemanha, uma importante unidade da federação europeia. A Alemanha não é aquilo que pensamos que era. A Alemanha está muito bem, obrigado, na Europa. É o país que mais desponta em tecnologia, em momento financeiro, em trabalho e em agricultura. Mas todos os países, não somente a Alemanha, também a Espanha, Portugal e a Suíça, afirmam que o Brasil é a bola da vez e que é no Brasil que eles querem investir. E nessas conversas governamentais nota-se o interesse de outros países em exportar para o Brasil.

O Brasil tem, hoje, 55 milhões de consumidores e está-se sobressaindo pelo trabalho, pela indústria, pela pujança. E propomos que as pessoas venham produzir em Santa Catarina, tragam suas indústrias para Santa Catarina, para gerar emprego à nossa comunidade, ao nosso trabalhador.

O Brasil desponta, sim, como um dos melhores países do mundo para investir. Estivemos na Europac, uma indústria que produz papel, e ficou acertada, entre um empresário brasileiro e o governo de Santa Catarina, a construção dessa indústria de papel na cidade de Lages.

Estivemos na empresa Calvo, a maior produtora de pescados em conserva, que produz um bilhão de latas de sardinha por ano e já possui instalações no município de Itajaí. Temos certeza, inclusive, de que vai ampliar os seus investimentos gerando mais emprego e mais desenvolvimento àquela região.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Concedo um aparte a v.exa. que esteve conosco nesses eventos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Antônio Aguiar, contrariamente do que li na imprensa no último domingo, que colocou algumas ressalvas à viagem, ela foi altamente produtiva, mas cansativa também, porque havia noites que não dormíamos mais do que três ou quatro horas. Era uma correria nos aeroportos. Para se ter uma ideia, em 15 dias de viagem, passamos por 23 aeroportos. Foi uma correria, fizemos muitas visitas, e o cansaço nos pegou.

Tenho certeza de que na viagem realizada pelo governador Raimundo Colombo,

da qual participamos, foi plantada uma semente que vai gerar muitos frutos. Já temos a Europac e o grupo Calvo. Inclusive, os jornais publicaram que o investimento ocorrerá em 2013, o que não é verdade, ocorrerá já. Há também a questão da Vosso, para investimentos imediatos, que está, inclusive, estudando uma nova linha de produção. Somente o grupo Gomes da Costa gera oito mil empregos em Santa Catarina, diretos e indiretos. Quanto à Europac, que é a verdadeira indústria do lixo, pois recolhe tudo e recicla, já está em andamento uma visita a Santa Catarina.

Então, a viagem foi altamente produtiva e v.ex.a. sabe porque participou, sendo que visitou também hospitais na Suíça, empresas ligadas à tecnologia e ao conhecimento.

Enfim, considero a viagem do governador produtiva e com certeza os frutos já aparecerão em breve em Santa Catarina, através da geração de emprego quando as empresas se instalarem.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - É verdade, deputado Elizeu Mattos, principalmente na área do conhecimento e da tecnologia, estivemos visitando na Espanha um parque tecnológico diferenciado, baseado em três premissas diferentes: conhecimento, inovação e *marketing*. São três premissas a serem desenvolvidas em qualquer escola. Lá é diferente, o parque tecnológico possui mais de 100 salas de aula, cada uma com a sua especialidade. O método de ensino é diferente, mas a cidade de Barcelona possui dois mil anos de existência, e a cidade de Canoinhas está completando este ano o centenário do referido município. São 100 anos de Canoinhas!

Quando visitamos uma região que possui dois mil anos de existência na sua parte tecnológica de ensino, ficamos muito preocupados com o ensino, hoje, no Brasil.

Quero, ainda, falar para v.ex.as. sobre outro importante evento na área da Educação, que se realizou na cidade de Genebra, na região de Lausanne. Estivemos no maior centro mundial de ensinamentos para empresários, onde ensinam os empresários a gerenciar as suas empresas para dar trabalho aos trabalhadores, dar sustentação e ao mesmo tempo produção, em primeiro lugar. Os cursos lá realizados custam nada mais, nada menos do que U\$ 120 mil, um curso voltado para os empresários, com a duração de apenas 20 semanas.

São institutos importantes que estivemos visitando, conversando com os seus diretores, que fazem não somente com que o estado de Santa Catarina, mas o Brasil usufrua desses ensinamentos, dessas visões diferentes de ensino, para aplicar aos nossos estudantes, aos nossos empresários os conhecimentos e a inovação do *marketing* que realmente faz parte da tríade do parque tecnológico.

Gostaria, também, de falar do grande hospital universitário de Genebra que, para termos uma idéia, possui 8.900 funcionários. Deixo aqui essa reflexão...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O próximo orador inscrito é o deputado Jean Kuhlmann, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Boa-tarde, sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero cumprimentar todos, cumprimentar os professores, as pessoas que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, que nos assistem pela TVAL, o público aqui presente. Sr. presidente, gostaria, primeiramente, de agradecer um convite que recebi do BRDE, presidido pelo ex-deputado federal, ex-prefeito de Blumenau, Renato de Mello Vianna, que vem conduzindo o BRDE com maestria, fazendo um grande trabalho. Então, quero, de público, agradecer pelo relatório da administração, das atividades, que recebi do BRDE, referente ao ano de 2010 e convidar todos os parlamentares para uma homenagem que será feita nesta Casa ao BRDE, no dia 15 de junho, pela passagem dos seus 50 anos de atividade.

Muitas pessoas não ouvem falar do BRDE porque é uma instituição que não faz propaganda, não divulga suas atividades, mas com certeza tem um papel fundamental no crescimento do estado, na geração de emprego e de renda. E quando falamos das atividades do BRDE, são milhares de operações de crédito feitas, em que várias empresas, para comprar uma máquina, para fazer a ampliação do seu parque fabril, necessitam buscar um recurso emprestado. As pessoas que querem empreender, que querem arriscar, que querem gerar emprego, efetivamente, precisam do BRDE, pois ele tem o papel fundamental de acreditar nas pessoas, nos empreendedores, e vem fazendo isso com maestria há 50 anos.

Por isso, gostaria de agradecer pelo relatório que recebi e desde já parabenizar o presidente Renato de Mello Vianna pelo trabalho que vem fazendo, pela condução dentro dos rigores da lei, fazendo com que realmente o crédito seja estendido para quem precisa. Mas, acima de tudo, fazendo com que o crédito chegue, realmente, a quem vai gerar o emprego, a quem vai sustentar a sua família e dar a garantia da qualidade de vida a todos.

Por isso, parabenizo o BRDE pela passagem dos 50 anos, eis que faz um grande trabalho na pessoa do presidente Renato Vianna.

Também quero registrar e agradecer o carinho dos servidores estaduais do Instituto Geral de Perícias, que me receberam no dia de ontem. O *slogan* do instituto tem um símbolo bonito, parecido com o da Polícia Civil, que diz: Da prova nasce a verdade. Ontem, estive em Blumenau visitando o IML do Instituto Geral de Perícias e fiquei sabendo que eles hoje são os grandes responsáveis por fazerem todas as identidades nos municípios catarinenses, documento de identificação, de certidões, carteira de identidade, identificação de pessoas que, por algum motivo, vieram a falecer no IML. São feitas todas as perícias de engenharia, ambientais e estruturais, enfim, todos os tipos de perícias, inclusive, na questão dos veículos, são feitas no IGP, que antigamente era um órgão subordinado à Polícia Civil, mas que no ano de 2005 foi desvinculado e que, hoje, sofre alguns problemas pela falta de recursos para manter a sua estrutura.

Então, este deputado, juntamente com o deputado Ismael dos Santos, fez uma visita e conheceu as instalações do IGP do município de Blumenau. Fomos conhecer os peritos, as pessoas que trabalham diretamente com essa questão de criminalística e os médicos que lá prestam serviços. Tivemos a oportunidade de ver o quanto a atuação do IGP é importante no processo do inquérito destinado a desvendar um crime, identificar algo que a Justiça solicita ou que a Polícia Civil pede. Ficamos, dessa forma conhecendo várias

questões, várias formas do processo, matamos algumas curiosidades, tanto este deputado quanto o deputado Ismael dos Santos, e verificamos realmente o quanto aquele instituto é importante e o quanto os srs. parlamentares, às vezes, pecam em criar uma estrutura independente sem dar a devida condição de sustentabilidade.

Acontece que a estrutura continua, vira independente na questão do organograma, mas ligada diretamente à secretária da Segurança Pública. Contudo, na questão orçamentária continua tendo que pedir favor para comprar equipamentos, para comprar luvas, enfim, para comprar tudo que é preciso para realizar as perícias. Inclusive, um perito da área ambiental, para fazer uma vistoria, tem que pedir um veículo emprestado de outro órgão público.

Estivemos, ontem, verificando o trabalho feito pelo IGP, que é realizado sem as mínimas condições, que atua, muitas vezes, tendo o apoio da universidade local, deputado Dirceu Dresch, que empresta material e dá condições para que os servidores possam trabalhar e prestar o seu serviço com dignidade. Mas eles se superam, fazem a diferença com qualidade e realmente ajudam a desvendar vários crimes que acontecem na nossa comunidade. E isso é algo extremamente importante. O IGP tem um papel fundamental!

Por último, gostaria, sr. presidente, de registrar que esta semana os jornais de Santa Catarina deram destaque para várias obras que estão acontecendo no município de Blumenau: obras de esgoto, corredores de ônibus, ponte, viaduto da via expressa, avenida Beira-Rio, rotatórias da rua Guilherme Jensen. Realmente o município de Blumenau virou um canteiro de obras.

Tive a oportunidade, na semana passada, deputada Ana Paula Lima, desta tribuna, de falar da dificuldade dos *shoppings* que estão sendo inaugurados em conseguir encontrar mão de obra. Estivemos verificando, no último sábado, na inauguração do Blumenau Norte Shopping, que estava lotado e precisando de pessoas para trabalhar. Ou seja, mostra realmente o crescimento da cidade, o desenvolvimento de Blumenau e o quanto isso é importante à geração de empregos. E são obras não somente vindas do poder público municipal, mas da iniciativa privada, como o shopping que foi inaugurado e outro que será inaugurado daqui a dois ou três meses.

Tive a oportunidade de visitar a Dudalina, que mostra como o mercado está crescendo, trabalhando para as mulheres, no sentido de criar uma nova moda de camisa. E isso vem agregando trabalho à nossa cidade, à região do vale do Itajaí - não somente em Blumenau, mas também em outros municípios.

Tenho certeza de que é algo extremamente importante e que melhora a qualidade de vida da comunidade, pois gera renda para as pessoas e faz com que o nosso trabalhador possa dar dignidade à sua família e sustentá-la. Então, essas obras do poder público têm um papel fundamental.

Aqui quero fazer um apelo ao governador no sentido de que continue ajudando o município de Blumenau e pedir também à presidência da República, à presidente Dilma, que ajude na questão da duplicação da BR-470, que é algo vital para a continuidade do crescimento de Blumenau, da região do vale, eis que vai fazer com que a região continue crescendo.

Imaginem, srs. parlamentares, se tudo isso hoje acontece sem ter uma BR-470 duplicada, imaginem, srs. e sras. parlamentares, se tivéssemos uma BR-470

duplicada? Com certeza, uma rodovia fundamental para o crescimento de todos os municípios do vale do Itajaí, para o atendimento da região oeste que precisa exportar a sua produção, garantir o emprego, a renda para aquele povo sofrido que merece ter a sua qualidade de vida também.

Então, na BR-470, somente este ano, infelizmente, já ocorreram 40 mortes; no ano passado foram cerca de 100 mortes. Ela não perde o título de rodovia da morte. Então, temos que trabalhar justamente para garantir com que as pessoas que transitam pela BR-470 possam chegar ao seu destino com segurança, com qualidade.

A duplicação da BR-470 vai permitir que os municípios cresçam, que as pessoas tragam mais empresas para a região e que possamos ter, efetivamente, qualidade de vida para toda a comunidade.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - O Instituto Geral de Perícias na cidade de Blumenau está em estado de calamidade, os funcionários estão trabalhando 24 horas por dia e há funcionário morando há uma semana dentro do Instituto Geral de Perícias.

Agora, o que temos que garantir para Blumenau, já que o Brasil está bem, fornecendo muito emprego em todas as áreas, é a segurança pública, o que, infelizmente, não está acontecendo. Precisamos de mais policiais, mais equipamentos, mais câmeras de segurança. Temos que ter isso em Blumenau, pois, infelizmente, esse é o nosso maior problema, porque emprego tem.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - É com esse intuito, deputada Ana Paula Lima, que vou, *in loco*, verificar cada órgão. Já estive verificando o Instituto Geral de Perícias porque ouvimos falar muita coisa, mas temos que sentir. Fui lá justamente para sentir e ver a dificuldade dos servidores. E visando ao diálogo, à conversa, conhecendo a instituição *in loco*, todos os deputados têm que se envolver e tentar resolver o problema.

Agora, sim, posso falar com um secretário de Segurança Pública e, com propriedade, pedir alguma solução que atenda àqueles servidores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, quero cumprimentar os professores presentes nesta Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina, todos os srs. deputados, o sr. presidente, o público que nos acompanha. Gostaria, ocupando o tempo do PMDB, de fazer uma retrospectiva de como foi criado o ministério da Pesca, em Brasília.

Por dez anos coordenei uma frente parlamentar de pesca em Brasília, e houve uma luta muito grande para que a pesca saísse do Ibama e tivesse um setor próprio de fomento, porque a função do Ibama é de fiscalizar, é de estabelecer regras no que diz respeito à preservação e ao meio ambiente.

Nos países mais desenvolvidos do mundo há os respectivos ministérios da Pesca.

E cito a Nova Zelândia, a Espanha e o Japão como exemplos. Estou citando três países que produzem muito peixe, que pescam muito.

No Brasil, quem cuidava da pesca era o setor que não era de fomento, o Ibama, que tinha a função de fiscalizar, prender e multar.

Antes da pesca ser coordenada pelo Ibama existia a Sudepe, que tinha muitos problemas. O então presidente Collor, em vez de cuidar do doente, que era a Sudepe, resolveu matá-lo, ou seja, extinguiu o órgão e colocou a pesca, indevidamente, sob o comando do Ibama.

Essa nossa luta teve êxito quando o ex-presidente Lula, na época candidato à Presidência, no Rio de Janeiro, resolveu admitir a criação do ministério da Pesca. Primeiro foi criada uma secretaria.

Digo aqui, srs. deputados que quando a medida provisória foi para a Câmara Federal criando a secretaria da Pesca, este deputado foi autor de mais de 15 emendas à medida provisória, porque simplesmente o Ibama resolveu ficar com as competências que tinham que ser oriundas do setor de fomento que era a secretaria da Pesca. Conseguimos aprovar várias emendas à medida provisória que se transformou na secretaria da Pesca e depois no ministério da Pesca.

Na realidade, muito pouco se avançou no aspecto de melhoria do setor pesqueiro no Brasil, apesar de defendermos piamente a importância do ministério da Pesca não somente para Santa Catarina, mas para todo o Brasil, e muito mais para o nosso estado que tem uma tradição pesqueira muito grande.

Srs. deputados, quero até fazer um alerta aos deputados do PT, pois sabemos que a deputada Ideli Salvatti, ex-senadora, tem dificuldade de lidar com este segmento, porque não era do ramo. É bem verdade que ela é uma professora, uma pessoa inteligente, aprende com facilidade, mas acho que ela precisa se assessorar melhor no ministério da Pesca, porque não é possível o que está acontecendo com os barcos industriais que pescam tainha em Santa Catarina.

No ano passado, tínhamos 82 barcos licenciados pelo Ibama. Já iniciamos a safra da tainha no dia 15 de maio, e houve uma prorrogação do dia 1º para o dia 15, um fator que beneficiou o peixe, no sentido de dar um prazo maior para que ela possa fazer o ciclo da desova. Mas dos 82 barcos, até agora o ministério da Pesca só licenciou 54 embarcações. Temos 28 embarcações abastecidas com as redes, com a tripulação, sem condições de pescar. E o ministério da Pesca, por outro lado, cometeu o contrassenso de licenciar 16 novas embarcações que não pescaram ano passado.

E qual é o argumento que usa o ministério da Pesca, a ministra Ideli? Dizem que não tem peixe para todos. Mas baseados em quê? Baseados no parecer do Ibama sem nenhum estudo científico, sem uma pesquisa feita com mais profundidade que justifique essa medida que é absurda! E o mais absurdo é que acho que o ministério da Pesca tem que enfrentar o Ibama nessa hora, tem que bancar o Ibama. A presidente Dilma, quando era ministra, enfrentou o Ibama, tomou iniciativa contra manifestações do Ibama em várias construções de hidrelétricas no Brasil.

Quem conhece profundamente a pesca tem que saber que não é cancelando licença dos barcos que vamos resolver o problema da falta de pescado. Por que não estabelecer uma cota para que cada embarcação possa pescar?

Gostaria de saber qual é o critério que usou o ministério da Pesca para credenciar 54 embarcações e deixar 28 embarcações de fora. Acho isso um absurdo. E há uma reclamação muito grande do setor, de que a senadora Ideli Salvatti, ministra da Pesca, não recebe o segmento, não quer conversar com o segmento da pesca. Então, é um absurdo!

O Ibama baixou a Portaria n. 171, estabelecendo que os barcos de pesca, na costa do Rio Grande do Sul, só podem pescar a dez milhas da costa. Em Santa Catarina, a cinco milhas da costa. E todos que sabem e conhecem a safra da tainha, sabem que a tainha é um peixe que faz o ciclo da desova costeando a costa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Dez milhas? Quem é que vai praticar dez milhas, onde é que está a tainha? Está dentro das dez milhas? Não! Está dentro das dez milhas para a terra, mas você só pode pescar lá fora. Então, na realidade, acho que o ministério da Pesca tem que começar a enfrentar a Ibama, senão não vale a nossa luta.

Peço à nossa assessoria que projete aqui... Nesta semana visitei um estaleiro em Biguaçu e deparei-me com nove embarcações acima de 33, 34 pés, que custam no mínimo acima de R\$ 500 mil cada uma. Há seis meses, aproximadamente, essas embarcações estão numa marina em Biguaçu, e o ministério da Pesca provavelmente está pagando aluguel. São embarcações nas quais se vê escrito ministério da Pesca, construídas em Santa Catarina, mas o que quero saber do ministério da Pesca é se a finalidade dessas embarcações é fiscalizar, patrulhar a costa de Santa Catarina. Gostaria de saber se essas embarcações são para o Brasil inteiro, se são apenas para uso em Santa Catarina e quanto o ministério da Pesca está pagando de aluguel para a marina, para elas ficarem lá.

Isso também é rasgar dinheiro público, porque não tem tripulação para essas embarcações. E o ministério vai ter que fazer concurso, porque uma embarcação dessa envergadura, desse tamanho, precisa de no mínimo dois tripulantes para botá-la em funcionamento.

Então, deputada Ana Paula Lima, v.exa. que acabou de fazer um pronunciamento falando em rasgar dinheiro público, saiba que isso é rasgar dinheiro público. Essas embarcações do ministério da Pesca, numa marina em Biguaçu, sem utilidade, pagando aluguel?! Quero saber quanto custaram e para onde vão essas embarcações. São nove barcos que, diria sem medo de errar, não custam menos de R\$ 500 mil. Ou seja, nove embarcações são R\$ 4,5 milhões parados! Mas por que estão parados? Foram pagas, foram construídas, não servem? Isso é como se o governo do estado comprasse um carro para a Segurança e ficasse exposto numa oficina, numa garagem, pagando aluguel.

Então, espero que o ministério da Pesca, primeiro, atenda ao segmento pesqueiro industrial, que é importante para Santa Catarina, e ouça um pouco aqueles que entendem de pesca, para não comer pela mão do Ibama, porque já ficamos mais de 20 anos com a pesca sob o comando do Ibama, e não foi uma experiência muito boa.

Sabemos que o Ibama tem um segmento que não quer perder a influência sobre a pesca, e aí fica interferindo indevidamente naquilo que é competência da ministra Ideli Salvatti.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Um aparte, deputado?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu caro deputado Edison Andrino, v.exa., como um bom ilhéu, é um grande conhecedor da pesca, sempre atuou nessa área como deputado federal, no comando da Frente Parlamentar da Pesca, e já trocamos algumas idéias sobre essa situação momentânea da pesca da tainha.

Até estava, neste momento, tentando falar com o gabinete da ministra, porque o último contato que mantive foi na sexta-feira, dia em que obtive a informação de que 53 embarcações já estavam licenciadas, faltando somente sete, sendo que até as 18h deveriam estar prontas as 60 portarias para publicação, a fim de completar a cota de 60 embarcações licenciadas. A segunda informação que obtive foi de que na segunda-feira, ontem, portanto, saíram as outras 22, completando 82 licenças.

Deputado Edison Andrino, concordo com v.exa. que esse imbróglie entre o Ibama e os ministérios da Pesca e do Meio Ambiente tem que ser resolvido definitivamente, até para fortalecer o próprio ministério da Pesca.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Quero agradecer ao deputado Volnei Morastoni, que também é um lutador em prol da pesca em nosso estado. Participei de muitos eventos em Itajaí com s.exa., quando era prefeito, como também nesta Casa, durante o seu primeiro mandato de deputado estadual.

Sr. presidente, é importante que a ministra Ideli Salvatti enfrente o Ibama, porque esse instituto cria regras sem base científica alguma! Deveria o Ibama, isto sim, estabelecer cotas para os barcos.

Gostaria ainda, srs. deputados, que a ministra da Pesca nos esclarecesse por que esses barcos não estão sendo usados, uma vez que são embarcações caríssimas, bem equipadas, que têm uma função importante. Não pode o ministério da Pesca adquirir barcos desse porte e deixá-los jogados numa marina, pagando aluguel.

Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Edison Andrino.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os minutos seguintes pertencem ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Dado Cherem, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, professoras e professoras que acompanham a nossa sessão, ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para relatar um processo e uma preocupação crescente que assola os lares catarienses nos dias de hoje. Esse processo, sr. presidente, é crônico em muitos municípios; perverso, mas crônico. Mas na querida cidade de Camboriú o processo está-se tornando agudo e fora de controle. Refiro-me à insegurança pública que assusta os lares de Camboriú.

No ano passado tivemos, durante o ano todo, 22 crimes de morte na cidade de Camboriú. Este ano, apenas nos cinco primeiros meses, já ocorreram 17 assassinatos! Somando-os aos oito homicídios ocorridos no município de Balneário Camboriú, teremos uma média de cinco homicídios por mês, de janeiro a maio de 2011.

Hoje, em matéria no *Diarinho do Litoral*, da cidade de Itajaí, o capitão Alfred Von

Knoblauch que, diga-se de passagem, é um grande militar, um grande policial que tem feito história naquele município, relata que todas as mortes estão ligadas ao tráfico de drogas e disputas entre grupos de criminosos que por um ou outro motivo estão fazendo os seus acertos de contas.

Foi relatado que pelo menos três desses homicídios foram cometidos por pessoas fortemente armadas, que chegaram aos locais, de carro, atirando à queima roupa e assassinado essas três pessoas que lá se encontravam. Somente no sábado e no domingo, srs. deputados e sras. deputadas, foram quatro assassinatos. O que leva realmente a pensarmos que a situação está fugindo do controle.

A querida cidade de Camboriú, em 2009, já foi classificada como a de maior número de homicídios do estado de Santa Catarina. E não queremos repetir essa estatística, não queremos fazer parte dessa triste história de homicídios em nossa cidade.

Ontem, estive na inauguração da vara criminal do Poder Judiciário do Fórum de Camboriú e conversei com a prefeita Luzia Coppi Mathias, conversei com os srs. vereadores, para tomarmos uma decisão conjuntamente com o governo do estado. Não dá mais para aceitar esses índices de violência, na cidade de Camboriú e também na cidade de Balneário Camboriú. Algo tem que ser feito com urgência. Inclusive, estamos tentando uma audiência com o secretário da Segurança Pública, para que se construa um projeto específico numa região onde os índices estão fugindo do controle.

Peço o apoio dos srs. deputados e das sras. deputadas, pois sei da necessidade de se fazer esses investimentos, cada vez mais prementes, na Segurança Pública. Processo esse que não se resolve apenas colocando policiais nas ruas, é muito mais profundo, muito mais demorado e que envolve segurança, educação, trabalho social, para que se possa ocupar a mente dos jovens e que cada vez mais eles tenham condições de ficarem dentro da escola produzindo algo em prol da sociedade. Colocar homens armados na rua é para um momento de tensão aguda, de ser feita a opressão, mas em médio prazo, temos, sim, que fazer um trabalho conjunto entre o estado e os municípios.

A riqueza de Balneário Camboriú, a riqueza da avenida Atlântica, é gerada pelo custo social do município de Camboriú, onde vendemos o metro quadrado extremamente valioso de um apartamento de frente para o mar. E quem paga a conta das mazelas sociais é o município de Camboriú, onde o trabalhador que veio para a construção civil acaba tendo que ter creche na cidade, escola, posto de saúde, moradia e, muitas vezes, isso tem o seu preço. O preço de um pai e de uma mãe que têm que trabalhar o dia todo e uma criança que fica fora um bom período nas suas escolas. Por isso, mais do que nunca, temos que começar, srs. deputados, sras. deputadas, a fazer esse enfrentamento conjuntamente com os municípios, porque não adianta deixar essa conta apenas para eles.

Estão criando guardas municipais para resolver os seus problemas, os quais, sabemos, não serão resolvidos com guardas municipais, porque eles têm o ônus do problema, mas não têm o bônus do orçamento, não tem dinheiro para aquela guarda municipal colaborar com a guarda da Polícia Militar naquele município.

Faço um apelo: nós, que somos da base aliada do governo, pedimos que esse

problema seja atendido com mais urgência, olhado com mais urgência, deputado Aldo Schneider, v.exa. que conhece a realidade da nossa região. Temos que encarar esse problema de frente, olhar de frente e combater de uma maneira corajosa, não apenas colocando soldados na rua, mas com uma política social voltada para ocupar a mente daquele jovem, enquanto um pai e uma mãe têm que subsistir trabalhando o dia todo.

Por isso, trago hoje a esta tribuna esse problema que com certeza aflige todos. A deputada Ana Paula Lima já esteve aqui relatando o problema da cidade de Blumenau. Outros deputados têm-se manifestado também no sentido de relatar os problemas de suas cidades. Mas Camboriú pede socorro urgente, porque a cidade vive um momento de muita dificuldade por causa da criminalidade e da litoralização, e não há empregos, escolas suficientes e postos de saúde abertos para atender àquela população de imediato.

Assim, assomo a esta tribuna para fazer um desabafo da constatação da necessidade urgente de fazermos alguma coisa para resolver esse problema da segurança que nos deixa cada vez mais desesperançados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Dirceu Dresch, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela Rádio Alesc Digital e que nos visitam na tarde de hoje. Quero cumprimentar os trabalhadores da Educação, ativos e inativos, que nos estão visitando e cobrando a retirada da Medida Provisória n. 188 que está tramitando nesta Casa.

Quero, antes de abordar a problemática do piso salarial dos professores, da greve do funcionalismo da Educação, parabenizar e cumprimentar todas as pessoas que estiveram presentes, pela parte da manhã, na grande audiência pública realizada aqui sobre produção orgânica. Então, amanhã, deverei falar sobre esse tema na tribuna.

Quero aproveitar, srs. deputados, para fazer mais um apelo, uma cobrança ao governador Raimundo Colombo, para que em primeiro lugar volte a negociar com os trabalhadores da Educação. Não é possível que, com uma mobilização desse porte, jamais vista em Santa Catarina, o governador continue intransigente, não querendo dialogar, porque até agora não houve negociação. A greve está justamente acontecendo porque não houve negociação de fato.

Infelizmente, como disse o jornalista Moacir Pereira, hoje, na sua coluna no *Diário Catarinense*, os ex-governadores Luiz Henrique da Silveira e Leonel Pavan, em vez de se preparar e enfrentar a questão do piso preferiram entrar com uma ação no Supremo tentando derrubá-lo. E agora, na hora em que acontece a decisão e a implementação do piso, querem dizer que não há recursos e condições de implantá-lo. Mas não temos dúvida de que o estado tem condições, sim!

(Palmas das galerias)

Primeiramente a ideia é transferir essa responsabilidade agora para o governo federal e pedir recursos à União.

(Passa a ler.)

"Art. 4º A União deverá complementar, na forma e no limite disposto no inciso VI do *caput* do art. 60 do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias e em regulamento, a integralização de que trata o art. 3º desta Lei, nos casos em que o ente federativo, a partir da consideração dos recursos constitucionalmente vinculados à Educação, não tenha disponibilidade orçamentária para cumprir o valor fixado.

§ 1º O ente federativo deverá justificar sua necessidade e incapacidade, enviando ao ministério da Educação solicitação fundamentada, acompanhada de planilha de custos comprovando a necessidade da complementação do que trata o *caput* deste artigo.”[sic]

Então, a lei federal é muito clara nesse sentido, deputado Padre Pedro Baldissera, deputada Angela Albino, e o estado precisa apresentar uma clara planilha. Existe uma confusão, um problema, porque os recursos relativos à Educação não estão sendo investidos de fato em Educação, e o governo federal já passou R\$ 1,647 bilhão para o estado. Até existe a polêmica de que o recurso da Educação está sendo redistribuído com outros Poderes do estado. E o governador anunciou a poupança de R\$ 1 bilhão no início do ano. Outra polêmica é relativa ao aumento da arrecadação de mais de um R\$ 1 bilhão neste ano.

Então, há muita confusão! O estado precisa ser claro! O governador precisa deixar claro para a sociedade catarinense, os professores e todos os trabalhadores o que está acontecendo de fato no estado de Santa Catarina.

Há ainda um problema maior que já estamos questionando faz três, quatro anos: o excesso de renúncia fiscal no estado, via Pró-Emprego, Prodec, Fundo Social e o não repasse dos 25% para a Educação.

Assim, há desequilíbrio, desorganização e falta de seriedade nas contas deste estado. E aí não tem jeito! Isso não quer dizer que o estado não tenha condições, precisa haver decisão política. O governador durante a campanha dizia que as pessoas estariam em primeiro lugar. Então, neste momento, ele precisa atender aos professores, aos trabalhadores da Educação.

Esse é o pedido que faço. E quero, mais uma vez, reafirmar a perspectiva da bancada de que o governo precisa, em primeiro lugar, reabrir o diálogo, pela dimensão dessa greve. Estive participando de muitos atos nesses últimos dias. Na sexta-feira, em Rio do Sul, houve um grande ato em que os professores estavam unidos e articulados. Por isso, não pode haver uma queda de braço.

(Palmas das galerias)

Não pode haver uma queda de braço neste momento; precisa haver diálogo com os pais, alunos, professores, enfim, com a sociedade catarinense, para que esse movimento saia vitorioso e a Educação saia vitoriosa, porque não é possível, através de uma medida provisória, acabar-se com o plano de cargos e salários construído em mais de 20 anos neste estado.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pois não!

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Meu querido companheiro, deputado Dirceu Dresch, acho que definitivamente essa é uma grande oportunidade para que o governo do estado reflita profundamente e promova a valorização da Educação e dos professores.

Quero cumprimentar todos os professores aqui presentes, saudando as sras.

Iná Gonçalves e Neusa Vanzuita, da minha cidade, Itajaí.

Hoje pela manhã, enquanto degustávamos um café agroecológico, muito saudável, a sra. Maria de Lurdes de Andrade Silva, presidente da Associação Catarinense dos Professores, disse-me: “Deputado Volnei Morastoni, sabe qual é o valor do vale alimentação por dia para o professor? Retrata bem a desvalorização da categoria, ou seja, o valor é de R\$ 6,00”. Então, pensei em várias alternativas - e fiz questão de trazê-las - sobre o que se pode comprar com R\$ 6,00. Dá para comprar um quilo de bananas, um pé de alface e quase um quilo de cenouras. Isso é o que vale um professor por dia! Essa é a fotografia dessa realidade.

(Palmas das galerias)

Na verdade, se o professor for passar o dia comendo somente banana - um alimento que até, como médico, eu recomendo -, dá três bananas pela manhã, três no almoço e três no jantar. Mas no almoço e no jantar já terá que comer a banana cozida, porque assim a digestão será melhor. Então, poderíamos fazer outra hipótese, no caso de o professor fazer uma refeição em casa. Mas se o professor tiver que comer fora, daria para comprar duas coxinhas e um copo de refrigerante para passar o dia. Isso parece brincadeira, mas é a realidade. É uma realidade que poderíamos transpor para analisar a questão salarial, as defasagens desses servidores.

Por isso, estamos propondo a retirada dessa medida provisória, a vinda de um projeto de lei complementar com uma tabela progressiva. Essa tabela progressiva é a oportunidade para que, de uma vez por todas, possamos não somente no discurso, mas na prática, valorizar as pessoas, que são o patrimônio mais importante do estado, através de políticas públicas. Assim teremos uma Educação valorizada condizentemente, com salário digno.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, vou terminar o meu discurso agradecendo o aparte do deputado Volnei Morastoni que citou como exemplo a questão do vale alimentação.

Novamente, peço aos deputados, e com certeza todos tiveram o apoio dos professores e professoras do estado nas suas campanhas, que neste momento fiquem com os trabalhadores da Educação e não votem essa medida provisória que acaba com a carreira dos servidores públicos.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, pessoas que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, especialmente professoras da Associação Catarinense dos Professores aqui presentes.

Já manifestamos reiteradas vezes a nossa posição com relação a isso. Foi importante a apresentação que fez o deputado Volnei Morastoni sobre o vale alimentação do conjunto dos servidores do Poder Executivo, de R\$ 6,00 por dia, que dá para comprar nove bananas, três cenouras e um pé de alface. Para os servidores do Poder Executivo, para os policiais militares e para o pessoal da Saúde é esse o valor.

Então, é uma coisa absurda isso que se está fazendo. Imaginava na semana passada, a pretexto desse assunto, que o retorno do governador Raimundo Colombo para o estado fosse trazer um encaminhamento ou pelo menos se fosse marcar uma data para conversar com o Magistério. Mas não! O governador já está aí há alguns dias, já vai para uma semana, mas disse aquilo que já estava sendo dito. Dessa forma, até agora não resolveu nada dessa questão.

Evidentemente que no cansaço o governo não vai ganhar essa greve, que deve ser a maior da história do serviço público, pelo menos nas últimas décadas, a mais forte, com o maior número de adesão, simpatia social, simpatia de todos os setores da sociedade. Então, pelo cansaço o governo não vai ganhar. Precisa, portanto, haver negociação.

A luta pela rejeição da MPV n. 188, com a qual não apenas somos solidários, mas estamos juntos de forma incondicional, porque ela é inconstitucional.

(Palmas das galerias)

Do ponto de vista da constitucionalidade, da legalidade, é inconstitucional. Essa medida provisória quer mudar pelo menos três leis complementares, o que é um absurdo, e evidentemente os técnicos do governo sabiam disso. Mas se tivessem ganhado na força política com relação à greve de vocês, teriam empurrado goela abaixo. Como a categoria mostrou força, que está unida, que não vai ceder e como perderam na política, terão que negociar outra posição.

Temos acompanhado atentamente todas as questões relacionadas a essa greve. Ontem à tarde, estiveram na praça em frente à Assembleia Legislativa milhares de professores e professoras do estado inteiro, da região da grande Florianópolis e de outras regiões, inclusive da cidade de Imbuia, deputada Dirce Heiderscheidt. E as professoras do referido município, onde não existe escola estadual, apenas municipal, estavam presentes no ato de greve realizado aqui.

A luta de classe conseguiu chegar a Imbuia, deputado Jorge Teixeira. Essa política para o salário da Educação fez com que a luta de classe chegasse à cidade de Imbuia, e as professoras do referido município estavam aqui, ontem.

Mas quero ler um trechinho da coluna do jornalista Moacir Pereira, da sexta-feira, dia 27 maio.

(Passa a ler.)

[...]

Colombo tem reiterado disposição de melhorar os salários dos professores, mas recebe que atendendo aos seus pleitos seja pressionado em seguida pelos servidores da Saúde e pelos policiais militares, dois setores que ficaram credores no governo Luiz Henrique/Pavan.[...]"[sic]

Então, nesse trecho, Moacir Pereira coloca que o governo tem ciência de que ficou devendo para os policiais, precisamente para os praças da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, da base da Polícia Civil, do sistema prisional. O governo ficou devendo em termos de salários na gestão do Luiz Henrique e Leonel Pavan. Portanto, se deve para os professores e para todos os servidores do estado, precisa pagar.

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Valmir Comin, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, deputado Moacir Sopelsa, srs. deputados e sras. deputadas, faço uso da tribuna nesta tarde de terça-feira para tecer alguns comentários relacionados à questão da BR-101, do anel de contorno viário da grande Florianópolis.

Antes, gostaria de saudar todos que visitam esta Casa e de uma maneira especial os inativos que deram a sua grande parte na contribuição à sociedade catarinense.

(Palma das galerias)

Fui questionado pelo colunista Moacir Pereira na 15ª Conferência da Unale, no Costão do Santinho, na semana próxima retrasada, com relação à greve da Educação, do piso salarial. E disse que o governo realmente vem encontrando dificuldades em função de seu planejamento, do Orçamento, das suas finanças.

Tenho dito que nos últimos dez anos a receita do estado cresceu nove vezes. Ela saiu de R\$ 163 milhões para, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhão, R\$ 1,3 bilhão. E aí fui questionado pelo comentarista político, o jornalista Moacir Pereira: "De onde vamos tirar o dinheiro, deputado Valmir Comin?" Eu respondi: de onde vamos tirar eu não sei, mas essa é uma preocupação, um dever e uma obrigação do estado. E até fiz uma brincadeira com ele, que, na verdade, remete-nos a uma reflexão, dizendo: já se passaram praticamente cinco meses de governo, e o governo continua num ritmo muito lento, quase que estagnado. E vejam bem que o nosso partido foi convidado para fazer parte da base do governo de Raimundo Colombo e aceitou, devido às propostas que o governador tem para com o estado de Santa Catarina, sem sequer condicionar absolutamente nenhum tipo de cargo nem secretária. A única condição que exigimos foi um tratamento sem distinção às nossas lideranças, aos nossos prefeitos, aos nossos vereadores, aos nossos líderes, com a mesma atenção que é dada a todas as lideranças da base da tríplice aliança. E disse que há uma conta muito fácil para se buscar pelo menos em parte esse recurso: cortar em 50% as regionais.

(Palmas das galerias)

Até o momento, sinceramente, nesses cinco para seis meses de governo, penso que é factível, aceitável e compreensível que haja em várias regiões do estado essas regionais. Mas tiro, por exemplo, no sul do estado, onde existe uma regional em Criciúma, uma em Araranguá, outra em Tubarão, outra em Laguna e outra em Braço do Norte. Realmente essa é uma reflexão para ser colocada, sim, e exercitada pela sociedade catarinense! E de forma muito acentuada pelo comandante do processo, que é o governador do estado. E tenho certeza de que lá no seu íntimo ele deve fazer uma reflexão muito profunda. E não sei das razões que o levam a não tomar uma posição nesse sentido, apesar de que acredito que essa seja a vontade do governo do estado.

Sou solidário ao movimento e penso que a Educação exige um piso diferenciado. Afinal de contas, eles são os educadores dos nossos filhos e dos nossos netos. Sempre digo que o futuro é o presente, e se o presente não estiver bem estruturado e fundamentado, certamente o futuro será um desastre.

Por isso, em todas as minhas participações, desde o meu primeiro mandato,

quando, em 1998, adentrei a esta Casa, a bancada do Partido Progressista tem sido coerente sempre em defesa da classe dos educadores da Educação no estado de Santa Catarina, e não vai ser diferentes nesse processo. Inclusive, conversei há pouco com o presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, o deputado Edson Bez de Oliveira, e eu venho de que no mês próximo passado houve aquela audiência em Brasília, quando participamos de um feito singular jamais visto na história de Santa Catarina: uma união suprapartidária no Congresso Nacional, na qual tivemos a participação efetiva de senadores, de deputados federais e estaduais - este Parlamento lá se fez presente. E ficou muito clara e evidente dessintonia que existe entre o DNIT estadual e o DNIT federal.

Foi muito contundente e constrangedor quando, em alguns momentos, o diretor do DNIT, Luiz Antônio Pagot, foi indagado sobre algumas obras que no seu relatório estavam como acabadas, mas que, na verdade, foram contestadas com veemência e provadas que ainda não tinham sido executadas. Ele, na presença de todas aquelas autoridades, cobrou dos seus assessores por que as informações não estavam chegando de pronto e com fidelidade da forma como se demonstra na realidade.

Preocupados com essa situação, cobramos uma posição do DNIT para que apresentasse um relatório periódico, através da comissão de Transporte e Desenvolvimento Urbano da Assembleia Legislativa, junto com o Fórum Parlamentar Catarinense, e o DNIT assim o fez. Pela primeira vez na história da duplicação, desde o trecho norte ao trecho sul, houve uma manifestação de respeito por parte do DNIT. E o diretor Luiz Antônio Pagot encaminhou um relatório, que foi acompanhado, inclusive, pelo presidente da Fiesc, sr. Alcantaro Corrêa.

Entre os dias 15 e 20 teremos aqui a presença do diretor do DNIT para apresentar um relatório circunstanciado de toda a situação, mostrando todos os procedimentos e o cronograma de execução, trecho por trecho, da parte sul da duplicação da BR-101.

Também, neste momento, está sendo feita uma audiência com o diretor da ANTT para se saber a quantas anda o procedimento da licitação do contorno viário de Florianópolis, que vai desde Governador Celso Ramos até Palhoça.

Essa é uma preocupação e penso que esta Casa está fazendo a sua parte. O Fórum Parlamentar Catarinense, e aqui falo dentro dessa unidade suprapartidária, vem fazendo uma cobrança sistemática em cima do DNIT para que possamos ver essa obra do trecho sul executada no mais breve espaço de tempo possível. Houve a audiência pública sobre o Morro dos Cavalos e foi mudada a concepção do projeto. Agora, com a nova vertente, haverá a construção de dois túneis e a complementação do tal túnel falso, como é falado tecnicamente, para a contenção de desmoronamentos em épocas de precipitação de chuvas. Foi discutido também o impasse do Morro do Formigão, que está emperrado na Justiça, e também a questão da ponte de Santo Antônio, num vão de 2.800m, pois ainda não houve o desfecho final.

Para concluir, sr. presidente, gostaria de dizer que acredito que essa obra não deverá ser concluída antes dos anos de 2015 e 2016. E reafirmo, assino e avalizo que no relatório feito os técnicos da Fiesc em todos os momentos não faltaram com a verdade, contestando com veemência os técnicos do

DNIT. E o tempo comprovou que a veracidade dos fatos está no relatório da Fiesc.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

A SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, não quero deixar de manifestar a minha alegre surpresa em saber que o DNIT, enfim, está respondendo a alguma pergunta a respeito das obras em Santa Catarina. Agradeço, portanto, e fico feliz com o pronunciamento do deputado Valmir Comin e por saber que o DNIT está respondendo, já que fui a duas audiências públicas sobre o assunto e não apareceu ninguém para dizer quando, por que e de que forma estava.

Muito obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

A SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, convido todos aqueles que nos estão assistindo pela TVAL e também os deputados, para uma reunião, na sexta-feira, às 9h30, no plenário da Assembleia Legislativa, da comissão especial do Senado que está tratando sobre a questão da Defesa Civil. Então, peço que todos os deputados convoquem as pessoas das suas cidades, das suas regiões, que estão diretamente focadas e trabalhando na defesa civil, pois os 12 senadores da comissão, sob a relatoria do senador Casildo Maldaner, estarão aqui para colher ideias e fazer a grande lei nacional de defesa civil.

Então, espero que todos os deputados possam convocar os companheiros das suas cidades e fazer parte também dessa reunião na sexta-feira, às 9h30, no plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Kennedy Nunes, fica feito o seu registro e o seu convite.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao DEM.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero saudar os srs. deputados, as sras. deputadas, os servidores públicos, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Sr. presidente, antes de falar desse momento delicado e importante sobretudo para os professores e para Santa Catarina, desejo fazer menção à 18ª Festa da Solidariedade que a Ajos - Associação Joinvilense de Organizações Sociais - realiza em Joinville. A Ajos congrega mais de 50 entidades que realizam um trabalho de cunho social fantástico em toda a nossa cidade. Essa é uma das maiores festas da nossa cidade que objetiva, além da integração da comunidade, angariar fundos para ajudar na sustentação das ações das nossas entidades.

Portanto, quero parabenizar a sra. Amanda Pickler, que preside a Ajos, bem como toda a sua diretoria.

O governo do estado deu uma contribuição significativa para a realização dessa festa. E sabemos que Joinville é o que é em virtude do trabalho que as mais de 500 entidades não governamentais, que detêm o

título de utilidade pública, realizam na cidade. Por isso, Joinville é considerada a Capital Nacional do Voluntariado.

Sr. presidente, também fiquei feliz, e certamente todo o norte da Santa Catarina, deputado Padre Pedro Baldissera - e aí nós, que fazemos parte da Oposição ao governo federal, mas uma Oposição sem raiva, uma Oposição racional, uma Oposição proativa, temos que fazer justiça -, quando tomei conhecimento da notícia de que o DNIT vai lançar, definitiva e novamente, a licitação para a duplicação da BR-280.

O edital foi lançado às vésperas da eleição do ano passado, e não sei por que motivo foi suspenso, mas agora a presidente Dilma Rousseff está-se redimindo e vai lançar novamente, daqui a alguns dias, o edital da duplicação dessa rodovia fundamental para o desenvolvimento econômico e social do norte de Santa Catarina. É uma rodovia que liga Jaraguá do Sul a São Francisco do Sul, passando por Araquari, Barra do Sul, Joinville, dando condições do escoamento da produção catarinense através do nosso porto.

Sr. presidente, quero fazer menção agora à situação dos professores de Santa Catarina. As lideranças da base do governo tomaram café, hoje pela manhã, com o governador Raimundo Colombo e conversaram longamente sobre esse assunto que preocupa todos nós, principalmente as famílias e as crianças que são as vítimas desse processo.

Não quero aqui buscar quem tem razão e quem não tem razão, mas o que temos que fazer é buscar uma solução. Temos que olhar para frente e pensar nas nossas crianças que estão fora da sala de aula, deputada Luciane Carminatti. Então, cabe ao líder do governo colocar a posição do governo neste plenário, mas antecipo aqui, por conta e risco, que há um desejo, deputada Ana Paula Lima, de o governo negociar com o comando de greve dos professores de Santa Catarina. Aliás, o governo nunca se negou a negociar. Este é um governo democrático e transparente. Estamos construindo este governo há quatro meses e meio, quer dizer, é o início de um governo, e há grandes expectativas de que vamos fazer um grande governo no nosso estado.

Agora, qual é a proposta? O governo de Santa Catarina vai cumprir o piso. É lei, foi definido em lei. Mas é preciso que os professores, deputado Elizeu Mattos - e v.exa. pode me corrigir -, voltem para a sala de aula para que possamos definir uma comissão para negociar.

Deputada Luciane Carminatti, no Rio Grande do Sul - e a senhora fez um gesto ironizando -, Tarso Genro é do PT. Fui buscar e tenho uma informação de que o governo Tarso Genro não atende ao piso. V.Exa. sabia disso, deputada Ana Paula Lima? Isso é fato. Ele não atende ao piso. Tarso Genro deu um reajuste de 10,4%, em 2011, e comprometeu-se, em quatro anos, a atender ao piso. Isso é fato. Está no site do governo. Quer dizer, então o Brasil é um só.

A deputada Luciane Carminatti fez aqui em gesto de ironia que não é pertinente, mas o PT do Rio Grande do Sul - e podem me corrigir, mas entrem no site e verifiquem - não atende ao piso dos professores. E lanço aqui um desafio para que v.exa. me desminta. Um erro não justifica o outro. Não vamos seguir o mau exemplo do governo do Rio Grande do Sul. Vamos atender ao piso da categoria.

Agora, para rediscutir o plano de carreira que foi prejudicado, voltem à sala de aula para que possamos sentar, constituir uma comissão, discutir e, vejam bem, construir esse

plano de carreira. Precisamos negociar com responsabilidade e pensar nas crianças que estão fora da sala de aula.

Deputada Luciane Carminatti, tenho aqui em mãos a sustentação oral do procurador da União. Na sustentação oral, no dia da votação do piso, ele disse: "Srs. ministros, aprove o piso que o governo federal vai repassar recursos para os estados para que eles possam fazer frente a esse impacto financeiro". Mas onde é que estão os recursos? Não vieram, deputada Ana Paula Lima! Quer dizer, então, não podemos falar da tribuna uma meia verdade. Temos que fazer justiça. O governo federal se comprometeu e não repassou os recursos para Santa Catarina. Se ele repassou para outros estados, eu não sei, mas os recursos para fazer frente ao piso não chegaram aqui em Santa Catarina.

Portanto, peço aqui apoio ao Sinte e aos deputados da Oposição, porque nos recursos que o estado repassa aos Poderes, no duodécimo, estão inclusos os recursos do Fundeb. São R\$ 300 milhões que a Educação poderia ter por ano. Queremos que o Sinte e que a Oposição nos ajudem para que possamos, junto com o governo do estado, promover essa negociação com os Poderes, porque não é justo que esse recurso do Fundeb possa fazer parte desse cálculo do repasse do duodécimo para os Poderes.

Estamos debatendo questões concretas, racionais, pensando numa solução, que é o que queremos. Queremos que haja aula e que os professores possam ser valorizados, porque ninguém aqui é idiota de dizer que os professores não são importantes. É claro que são, e temos que buscar uma forma concreta, objetiva e racional de atender aos anseios da categoria.

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - V.Exa. me concede um aparte

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Luciane Carminatti - Primeiramente, deputado Darcy de Matos, parte da ironia é da sua fala. O que eu quis dizer foi que o Rio Grande do Sul negociou quatro anos, mas negociou. Aqui não houve negociação nenhuma. Os professores só estão em greve em Santa Catarina porque não houve negociação.

(Palmas das galerias)

Aliás, o que o governo fez até agora foi uma série de trapalhadas, mas não apresentou proposta alguma para pagar os professores.

Estou, sim, preocupada com relação ao pagamento do salário dos professores, tanto é que protocolei um projeto de lei nesta Casa, na quarta-feira da semana que passou, recompondo a base de cálculo do Fundeb para que R\$ 265 milhões este ano, que estão indo para os Poderes, inclusive para esta Casa, possam retornar para o Fundo. Essa é a minha contribuição!

(Palmas das galerias)

Este é o nosso desafio: ajudar a encontrar saídas e recursos para pagar o piso. E é neste sentido que nós, da Oposição, estamos trabalhando.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Parabéns, deputada Luciane Carminatti, agradeço o seu aparte porque v.exa. traz uma proposta concreta. Vamos precisar da conjugação de forças do Parlamento Catarinense para que o governo possa discutir e negociar com os Poderes do nosso estado. Realmente não é justo que o dinheiro do Fundeb, R\$ 300 milhões, vá para os Poderes e não para a Educação.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. deputado Darcy de Matos, o governador vai amanhã a Brasília falar com o ministro da Educação e passará vergonha, porque terá que dizer que repassa o dinheiro do Fundeb aos Poderes, o que é uma vergonha para o estado de Santa Catarina.

Dessa forma, sr. deputado, o que v.exa. deve perceber é que se não temos mais recursos do governo federal foi porque o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, em vez de fazer a tratativa com o governo federal, entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade questionando o piso nacional de salários. São dois anos que os professores estão esperando, mas amanhã na reunião com o ministro da Educação, Fernando Haddad, o governador terá que se explicar.

Enquanto não se resolver essa situação de o dinheiro do Fundeb ser aplicado na Educação, realmente os nossos professores têm que paralisar as atividades.

Muito obrigada!

(Palmas)

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS -

Sr. presidente, acho que começamos a falar a mesma língua. Este é um momento de conjugação de forças e da busca por uma solução racional que seja boa para os professores e também para o estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, gostaria, ainda, de fazer um apelo ao deputado Marcos Vieira e ao líder do governo para que busquem, junto ao governo do estado, o pagamento das bolsas de estudo referentes ao art. 170. Recebi milhares de e-mails de vários estudantes do Sistema Acafe, o secretário da Educação fez um grande evento aqui na capital dizendo que iria pagar, mas até agora isso não ocorreu. Então, peço ao líder do governo, Elizeu Mattos, e ao deputado Marcos Vieira, deputado do PSDB, e o secretário da Educação também é do PSDB, que busquem, junto ao governo, de uma vez por todas, o pagamento dessas bolsas de estudo do art. 170.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final ao Projeto de Lei n. 0162/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0132/2011, de origem governamental, que autoriza a compensação financeira de créditos do estado junto à Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. - Badesc -, para atendimento emergencial de atividades empresariais em municípios catarinenses atingidos pelas catástrofes climáticas ocorridas em janeiro e fevereiro de 2011.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam
permaneçam como se encontram.

Aprovado.
Discussão e votação em primeiro
turno da Proposta de Emenda Constitucional n.
0013/2010, de autoria do deputado Padre
Pedro Baldissera e outros.

Deputado Padre Pedro Baldissera, essa
PEC é de sua autoria e por isso consulto v.exa. se
ela realmente será votada hoje. Precisamos de 24
votos, deputado. Se v.exa. achar que devemos
votá-la amanhã, não há problema, podemos retirá-
la de pauta. Acho que temos quórum, deputado
Padre Pedro Baldissera, mas v.exa. decide. Temos
35 srs. deputados que já registraram presença em
plenário.

O SR. DEPUTADO PEDRO
BALDISSERA - Sr. presidente, talvez não
tenhamos esses 35 deputados presentes no
momento, mas essa proposta não é polêmica
e, inclusive, o deputado Elizeu Mattos é o
relator na comissão de Constituição e Justiça.
A proposta trata-se apenas da inclusão do
termo "economia solidária" num dos artigos. Já
temos os termos "cooperativismo" e "outras
formas de associativismo", e essa proposta
simplesmente inclui o termo "economia
solidária".

Gostaria, então, de pedir o apoio de
todos os deputados que aqui se encontram, de
diferentes bancadas, para que possamos
aprovar essa PEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir
Sopelsa) - Então a PEC será votada hoje.

Discussão e votação em primeiro
turno da Proposta de Emenda Constitucional n.
0013/2010, de autoria do deputado Padre

Pedro Baldissera e outros, que dá nova redação
ao inciso I do art. 136 da Constituição Estadual
(estímulo ao cooperativismo e outras formas
associativas).

Conta com parecer favorável da
comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela
ordem, sr. presidente, para encaminhamento
de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir
Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, para
encaminhamento de votação, o deputado
Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - A
bancada do PMDB acompanha o projeto do
deputado Padre Pedro Baldissera e vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson
Merisio) - Os srs. deputados que votarem "sim"
aprovam a matéria e os que votarem "não"
rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por
processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	
DEPUTADO CIRO ROZA	sim
DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SILVIO DREVEK	
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Consulto se todos os srs. deputados
votaram.

(Pausa)
Está encerrada a votação.
Colho o resultado.
Votaram 32 srs. deputados.
Temos 32 votos "sim".
A matéria está aprovada com 32
votos favoráveis.
Consulto os srs. líderes se podemos
votar o segundo turno desta matéria a seguir,
uma vez que ela requer quórum qualificado.
(Os líderes concordam.)
Esta Presidência, antes de encerrar a
presente sessão, convoca outra, extraordinária,
para as 16h07.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 011ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h07, achavam-se presentes os seguintes
srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula
Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos
Chiodini - Ciro Roza - Dado Chereim - Darci de
Matos - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt -
Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino
- Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar
Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima -
Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge
Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari
- Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel
Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark -
Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo
Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves -
Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori -
Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir
Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Ordem do Dia

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) -
Solicita a votação da redação final do PL n.
0132/2011.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson
Merisio) - Havendo quórum regimental e
invocando a proteção de Deus, declaro aberta a
presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.
Discussão e votação em segundo
turno da Proposta de Emenda Constitucional n.
0013/2010, de autoria do deputado Padre
Pedro Baldissera e outros, que dá nova redação
ao inciso I do art. 136 da Constituição Federal
(estímulo ao cooperativismo e outras formas
associativas).

Conta com parecer favorável da
comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir,
encerramos sua discussão.

Em votação.
A votação será no painel eletrônico.
Os srs. deputados que votarem "sim"
aprovam a matéria e os que votarem "não"
rejeitam-na.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	sim
DEPUTADO ALTAIR GUIDI	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	sim
DEPUTADA ANGELA ALBINO	sim
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	sim
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	sim

DEPUTADO DADO CHEREM	sim
DEPUTADO DARCI DE MATOS	sim
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	sim
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS	sim
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JEAN KUHLMANN	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0606/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de projetos sociais com interação jovem/idoso nas escolas da rede pública estadual, bem como troca de experiências.

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SILVIO DREVECK

DEPUTADO VALMIR COMIN

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

Está encerrada a votação.
Colho o resultado
Votaram 32 srs. deputados.
Temos 32 votos "sim".
Esta Presidência acatou os votos "sim" dos deputados Dirceu Dresch, Edison Andriano e Gilmar Knaesel fora do sistema eletrônico de votação, totalizando 35 votos "sim".
A matéria está aprovada em segundo turno.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0111/2011, de autoria do deputado Romildo Titon, que denomina Domingos Rigo o ginásio de esportes da Escola de Ensino Fundamental Rafael Dal Pai.
Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0139/2011, de autoria do deputado Edison Andriano, que altera dispositivo da Lei n. 14.201, de 2007, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Instrução e Educação Escoteira e adota outras providências.
Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.
Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0372/2010, de autoria do deputado Gilmar Knaesel, que institui o Prêmio Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura e adota outras providências.
Ao presente projeto foram apresentadas emendas modificativa e supressiva.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0606/2009, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que dispõe sobre a obrigatoriedade de projetos sociais com interação jovem/idoso nas escolas da rede pública estadual, bem como troca de experiências.
Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.
Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.
O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, gostaríamos de solicitar, se possível, a votação da redação final, pois temos um projeto referente ao Badesc que trata dos juros zero, uma matéria importante a respeito do qual há urgência por parte do governo, da sociedade, principalmente de Mirim Doce.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Qual é o projeto, deputado?
O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Trata-se do PL n. 0132/2011, que está em sede de redação final.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Tão logo a sessão seja encerrada, teremos nova sessão extraordinária, na qual votaremos a redação final desse projeto, havendo, é claro, a concordância dos srs. líderes.
Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0314/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0315/2011, de autoria da deputada Angela Albino; 0316/2011, de autoria do deputado José Milton Scheffer; e 0317/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini.
Esta Presidência comunica ainda que defere de plano os Requerimentos n.s: 0638/2011, de autoria do deputado Volnei Morastoni; 0640/2011, de autoria do deputado Darci de Matos; 0641/2011, de autoria da comissão de Constituição e Justiça; 0642/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0643/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0645/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; e 0646/2011, de autoria do deputado Carlos Chiodini, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.
Submetemos à deliberação do Plenário os seguintes requerimentos:
Requerimento n. 0639/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes, ao diretor nacional e ao superintendente regional do DNIT, pedindo a construção de rotatória na BR-470, que dá acesso ao município de Campos Novos, em frente à Coocam.
Em discussão.

(Pausa)
Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovado por unanimidade.
Moção n. 0048/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, a ser enviada ao ministro da Justiça, apelando pela revogação da Portaria Declaratória n. 790/2007, que reconhece como terra indígena uma área de terras localizada nos municípios de Cunha Porã e Saudade.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
Moção n. 0049/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal, a ser enviada ao ministro da Justiça e ao presidente da Funai, apelando pela suspensão dos trabalhos demarcatórios autorizados pela Portaria n. 790/2007, que reconhece como terra indígena área localizada nos municípios de Cunha Porã e Saudade.
Em discussão.
(Pausa)
Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.
Em votação.
Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
Aprovada.
O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.
O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente ficou acertado que iríamos votar a redação final.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Procede a sua colocação, deputado.
Consulto os srs. líderes se podemos fazer nova sessão extraordinária para votação da redação final dos projetos aprovados em turno único.
(As lideranças aquiescem.)
Sendo assim, esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, extraordinária, para as 16h11.
Está encerrada a sessão.

ATA DA 012ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 2011

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 16h11, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Lembra o Dia Mundial da Luta contra o Fumo.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Concorda com a importância da luta contra o fumo e convida para audiência pública da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas em Chapecó.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Comenta a audiência pública das comissões de Agricultura e do Meio Ambiente; reporta-se à amostra comemorativa ao Dia Estadual do Vinho.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Relata roteiro da viagem à Alemanha.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra a presença do Sr. Laércio e de mais um grupo de 13 acadêmicos do curso de Direito da Unibave.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Solidariza-se com o dia antitabagismo; registra preocupação com a situação dos professores; anuncia a visita do padre Ludovino Labas, prefeito de Lebon Régis; manifesta-se a respeito de indicação de sua autoria que prevê quatro horas de atividade física aos policiais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0132/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final da PEC n. 0013/2010.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria dos srs. líderes, solicitando a esta Presidência a suspensão da sessão para que a

sra. Maria Andrade Silva, representante da Associação Catarinense dos Professores, possa fazer uso da palavra.

Está suspensa a presente sessão por até dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o motivo que me traz à tribuna, neste instante, é para lembrar o dia de hoje, 31 de maio, Dia Mundial da Luta contra o Fumo.

Temos outra data, 29 de agosto, o Dia Nacional da Luta contra o Fumo. Mas, hoje, é o Dia Mundial. E gostaria de lembrar, porque no meu mandato passado, em 2001, dei entrada a um projeto de lei, nesta Casa, que pretendo reavivar, e naquela oportunidade apresentava uma proposta para que o governo do estado promovesse a substituição progressiva da cultura do fumo por outras culturas alternativas. Eu sei que esse é um tema, deputado Aldo Schneider, que v.exa. como presidente da comissão de Agricultura, e outros deputados nesta Casa têm abraçado com afinco, até porque temos 60 mil famílias em Santa Catarina que vivem do cultivo do fumo.

Não podemos deixar as famílias ao léu, mas os agricultores familiares que cultivam o fumo poderiam muito bem substituir esse cultivo pelo cultivo de flores, de plantas medicinais, de alimentos orgânicos. Inclusive, hoje pela manhã tivemos nesta Casa uma audiência pública, da qual eu fiz questão de participar, para debater por que plantar flores, plantas medicinais, alimentos é plantar a vida. E, infelizmente, o cultivo do fumo, com todo o respeito que tenho aos pequenos agricultores que vivem dessa atividade, não é plantar a vida. Infelizmente é algo muito mais complicado, porque é conviver com uma triste realidade.

Fiz na oportunidade um extenso arrazoado porque estava adentrando com esse projeto. Inclusive fui buscar dados no Instituto Nacional do Câncer, que mostram que para cada um real que o governo brasileiro arrecada dos impostos do fumo, na verdade, ele gasta dois reais para tratar os malefícios e as doenças decorrentes do fumo.

Portanto, é um ledo engano pensar que arrecada impostos, porque gasta o dobro em consultas, em exames, em cirurgias, em tratamentos, os mais complexos, como a quimioterapia, a radioterapia de doenças decorrentes do fumo: todos os vários tipos de câncer, vários tipos de acidentes, como acidente vascular cerebral, que o povo conhece como derrame, os problemas de infarto do miocárdio etc. Inclusive, recebi do Instituto Nacional do Câncer uma relação extensa, com

mais de 56 doenças de infarto do miocárdio, de angina, desde hipertensão a esclerose, de acidente vascular cerebral a trombose obliterante, de bronquite crônica a enfisema pulmonar, de pneumonias de vários tipos a câncer de pulmão, de faringe, de boca, de laringe, de esôfago, de estômago, de pâncreas, de bexiga, de rim, de leucemia a câncer de colo de útero, câncer de mama e doenças que somam a dezenas delas graves, provocadas pelo fumo.

Aqui, recentemente, foi realizada uma audiência pública com os fumicultores em função de duas medidas recentes tomadas pela Anvisa nacional, para restringir ainda mais as medidas em relação ao fumo. E foi organizada uma mobilização, justa, que foi a Brasília dialogar com o ministério da Saúde, porque também não podemos simplesmente abandonar os nossos fumicultores, mas precisamos começar, hoje, para quiçá daqui a quantos anos, quem sabe num médio ou longo prazo, ter medidas tomadas concretamente para que possamos inverter essa situação.

Em outro mandato já abordei essa questão. E sei que é um assunto difícil. Já recebi até enterro por parte dos fumicultores naquela oportunidade, e entendo perfeitamente, mas quero que compreendam que não é nada contra os fumicultores. Mas eles me diziam, e com justa razão, o quanto recebem por um alqueire, por um hectare de fumo plantado, e naquela oportunidade era mais de R\$ 3 mil, e quanto recebem por um alqueire de feijão ou de milho. Cerca de R\$ 500,00, um sexto do que receberiam pelo fumo.

Então, por isso, há necessidade que haja uma transição de forma organizada, na linha do tempo, mas é uma medida que tem que começar pelo governo do estado, que precisa assumir uma posição como essa e promover uma mudança para abrigar esses agricultores familiares, para que possamos de fato somar cada vez mais esforços no mundo todo.

Vou rapidamente fazer referência às principais manchetes dos jornais que li no dia de hoje.

(Passa a ler.)

“Dia Mundial sem Tabaco: cigarro pode matar oito milhões até 2030.” Somente neste ano de 2011 está previsto que seis milhões de pessoas em todo o mundo morrerão por doenças decorrentes do fumo.

A fumaça do cigarro pode durar meses dentro de uma casa, ela impregna num ambiente, e aí inclusive tem todo o problema dos fumantes passivos, com os vários tipos de câncer que aqui sempre são manchetes. Então, poderemos ter o Dia Mundial sem Tabaco, já que os brasileiros estão cada vez mais cientes dos malefícios do cigarro. Felizmente, o Brasil está avançando nessa área. Médicos se mobilizam no Dia Mundial sem Fumo, entidades médicas promovem debates no Senado, com base científica. No Rio de Janeiro e em São Paulo, médicos alertam a sociedade.

Então, cada vez mais felizmente essa consciência está aumentando, porque somente substituindo o cultivo do fumo e eliminando esse problema em todo o mundo é que vamos vencer definitivamente esse mal.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Pois não!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Volnei Morastoni, v.exa. como médico fala com muita propriedade. Parabéns por trazer ao Parlamento a reflexão sobre o Dia Mundial sem Fumo. De fato o cigarro é uma droga lícita, mas é uma droga.

Aproveito, com a sua aquiescência, deputado Volnei Morastoni, para fazer um convite aos nossos amigos do oeste catarinense. Nesta sexta-feira, teremos, através da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, uma grande audiência pública na Câmara de Vereadores de Chapecó, a partir das 14h30.

Muito obrigado, deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Para concluir, sr. presidente, ainda quero aproveitar este momento, e até pela razão do discurso que estou a promover, parabenizar esta Casa.

Cheguei a esta Casa, no meu primeiro mandato, em 1995, depois eu tive mais dois, três mandatos. Este é o meu quarto mandato. No início, subi a esta tribuna com uma máscara, porque se fumava neste plenário, fumava-se em todas as salas de reuniões das comissões, pelos corredores, enfim, em todos os ambientes. Mas essa luta foi tomando conta também desta Casa. E na minha gestão como presidente criamos o fumódromo; para aqueles que queriam fumar havia o espaço reservado, garantido, e hoje fico feliz ao retornar a esta Casa vendo que o problema foi vencido e foi superado de forma muito evidente. Então, esta Casa também serve de exemplo, porque é uma das grandes lutas nacionais de ambientes livres do fumo.

Precisamos dar exemplo, e hoje a Assembleia Legislativa dá exemplo para todo o estado e para todo o Brasil, parabéns!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Elizeu Mattos.

(O deputado desiste.)

Com a desistência do deputado Elizeu Mattos, com a palavra o sr. deputado Padre Pedro Baldissera por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, gostaria de dizer inicialmente da atividade realizada na parte da manhã, que terminou depois das 12h. Além da degustação dos produtos agroecológicos e orgânicos, realizamos nesta Casa, através das comissões da Agricultura e do Meio Ambiente, uma audiência pública ouvindo as diferentes experiências realizadas por várias iniciativas particulares, de famílias, de grupos, de associações, de pequenas cooperativas, enfim, uma variedade extraordinária de iniciativas que, sem dúvida nenhuma, dão-nos testemunho extraordinário de se alimentar e também, ao mesmo tempo, fazer uma mudança na forma de produzir. Especialmente fazendo a defesa aqui de se produzir alimentos saudáveis e de qualidade.

Foram relatadas inúmeras experiências, deputados Volnei Morastoni, v.exa. que tem participado juntamente com outros parlamentares de depoimentos, de

relatos de mães de famílias, de jovens, até de uma forma emocionada, mas pedindo que hajam políticas voltadas no sentido de garantir a permanência e a continuidade das atividades da roça no sentido de que o jovem possa também se sentir bem e dar continuidade e sucessão a inúmeras experiências vivenciadas e cultivadas no campo, dentro da nossa agricultura familiar ou dentro da nossa agricultura camponesa.

Portanto, é um momento extraordinário e extremamente importante. E esperamos que isso pudesse vir a contribuir para que se tenham avanços dentro da nossa agricultura ou produção orgânica. Inclusive, tem-se destacado aqui a necessidade de uma própria alimentação escolar ganhar destaque, a partir da própria produção orgânica. E acredito que alternativas como esta são extremamente importantes no sentido de gerar renda e, acima de tudo, a qualidade de vida para as nossas famílias que trabalham na agricultura familiar.

Agradeço ao Parlamento exatamente por termos de uma forma unânime e representativa quase a presença dos 40 parlamentares na votação da emenda à Constituição do estado de Santa Catarina, no seu art. 136, inciso I, que trata da inclusão neste inciso do termo economia solidária.

Temos somente em Santa Catarina mais de 1.300 experiências de economia solidária por todas as regiões do nosso estado. É uma experiência riquíssima, extremamente necessária e importante.

Portanto, faço um agradecimento por entender que a Constituição do estado de Santa Catarina pode também dar respaldo a essas inúmeras iniciativas presentes nos diferentes municípios do nosso estado.

Por fim, gostaria de realçar uma atividade que vai acontecer, amanhã, nesta Casa, aos moldes do que houve no dia de hoje quanto aos produtos orgânicos, quando teremos aqui a primeira amostra comemorativa ao Dia Estadual do Vinho, com a presença de inúmeras vinícolas que farão uma exposição dos diferentes produtos que são advindos de toda a cadeia produtiva da uva. Então, durante o dia, contaremos com a presença de inúmeras vinícolas, de municípios diversos, fazendo essa demonstração. E o final da tarde culminará com um grande ato, um ato demonstrativo e significativo, dando a sangria do primeiro barril e a visibilidade necessária a esses importantes produtos, o vinho e o suco de uva, que de uma forma ou de outra mantêm 2.500 famílias que vivem da atividade. O cultivo da uva talvez seja a principal cultura para essas famílias no sentido de gerar renda e da sua própria manutenção no campo.

Portanto, então, ocorrerá esse dia importante. E essa atividade tem também todo o apoio da instituição financeira de crédito, a Cresol, a cooperativa de crédito, na região do vale do Rio do Peixe, de Tangará, da secretaria de Turismo e Cultura, que também está encabeçando toda a organização para que o evento possa ter uma conotação à altura do que representa toda essa produção. Lembrando que o estado de Santa Catarina se coloca como quarto maior produtor brasileiro na questão da cadeia vitivinícola.

Neste sentido, queremos estender o convite ao Parlamento, para que possa prestigiar esse momento importante que vivem os produtores e cultivadores da importante cadeia da uva que tem como principal instrumento o fato de gerar renda para inúmeras famílias, e são em torno de 2.500 famílias só em Santa Catarina.

Trata-se de uma atividade, uma cultura que ganha cada vez mais espaço, porque além do meio-oeste está também na região norte do estado, no extremo oeste e no vale do rio do Peixe. Portanto, é uma atividade que vai ganhando maior dimensão. Mais pessoas, famílias, estão aderindo a esse cultivo, no sentido de gerar renda e da manutenção da vida no campo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Gilmar Knaesel, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, deputado Nilson Gonçalves, demais deputadas e deputados presentes, imprensa e pessoas que assistem a esta sessão.

Tive a honra e o privilégio de representar a Assembleia Legislativa de Santa Catarina num roteiro à Alemanha, da qual participaram também Valdir Rubens Walendowsky, presidente da Santur, que representou o Poder Executivo, o prefeito Paulo Eccel, de Brusque, o prefeito Orides Kormann, e o presidente da Câmara Municipal de Guabiruba, vereador Vilmar Gumz, o popular Mala, além de vários empresários daquela região.

A nossa visita teve dois momentos: o primeiro à região do estado de Baden-Württemberg, que fica no sul da Alemanha, que é um dos estados mais prósperos daquele país e de onde vieram muitos imigrantes que se estabeleceram na cidade de Brusque e região.

Fomos recepcionados, inicialmente, na cidade de Karlsdorf, pelo prefeito Sven Ackermann; em seguida visitamos o ministro da Economia do estado de Baden-Württemberg, em Stuttgart, que assumiu o cargo há poucos dias em função das eleições e que nos mostrou as potencialidades econômicas daquele estado, quando aproveitamos para mostrar também as potencialidades de investimento de Santa Catarina.

Visitamos também o Parlamento de Baden-Württemberg, composto por 138 deputados estaduais, onde também fomos muito bem recebidos e tivemos oportunidade de conhecer um pouco da política, ficando em aberto a possibilidade de acordos socioeconômico-culturais com o nosso estado. Chegamos à conclusão de que os dois estados têm muito em comum, pois é justamente nas cidades do interior que estão localizadas as indústrias, os serviços e uma pujante agricultura.

Naquela região, sr. presidente e srs. deputados, participamos dos festejos comemorativos dos 850 anos da cidade de Hambrücken, onde nos receberam tanto o prefeito como os vereadores e as lideranças locais. Essa cidade se assemelha muito às nossas Guabiruba e Brusque em função da colonização alemã das duas.

Outra cidade interessante na região é Buschall, onde ficamos sediados alguns dias e aproveitamos para visitar a cidade Estrasburgo, na França, que faz fronteira com a Alemanha, na região chamada Alsácia, onde está situada uma das sedes do Parlamento Europeu. É em Estrasburgo que acontecem as plenárias do Parlamento Europeu, composto por 27 países e por 723 parlamentares. Como todos sabem, a Comunidade Européia reuniu econômica, social e até culturalmente a Europa e é um exemplo que desejamos seguir através do Mercosul, que ainda está longe de alcançar o patamar em que eles se encontram.

No segundo momento da viagem estivemos em visita oficial à região da Saxônia, que é um estado exatamente o oposto de Baden-Württemberg, que faz divisa com a França, ao passo que a Saxônia faz fronteira com a República Tcheca e com a Polônia. Fomos recepcionados no Parlamento, que é composto por 138 deputados estaduais, pelo seu presidente, deputado Mathias Rubler.

Trata-se, sr. presidente e srs. deputados, de uma das regiões culturalmente mais ricas da Alemanha. Todos sabem que a Saxônia, cuja capital é Dresden, ficou sob o domínio comunista, mas mesmo assim a região manteve os seus princípios culturais muito fortes, apesar do regime autoritário ter tentado abolir.

E umas das grandes questões da cultura da Saxônia é sem dúvida o artesanato, que é conhecido na Alemanha e na Europa como um dos mais bem elaborados, que têm o melhor mercado. Portanto, o mais expoente artesanato da Alemanha vem da região da Saxônia.

Já tentamos, a pedido do nosso presidente deputado Gelson Merisio, agendar uma próxima oportunidade para que uma representação parlamentar, deputado Nilson Gonçalves, desta Assembleia, liderada pelo nosso presidente, possa fazer também um convênio de parceria com o Parlamento da Saxônia, no sentido de possibilitar o desenvolvimento do nosso artesanato.

Especialmente nessa região, o estado despertou mais cedo para a questão do meio ambiente, e hoje a região da Saxônia exporta para o mundo todo e para a Alemanha tecnologia, principalmente de tratamento de efluentes. E também há uma visão nova com relação à energia, principalmente no que se refere às energias renováveis, ao vento especialmente e também à questão das matérias primas, o lixo residencial e o lixo orgânico.

Portanto, acredito que haja uma porta aberta para que Santa Catarina - e aí entramos também em uma das nossas grandes deficiências, que é, sem dúvida, a questão do tratamento dos efluentes - possa fazer parcerias no sentido de trazer a tecnologia avançada que essa região dispõe, para que possamos então fazer o nosso desenvolvimento.

Quero ressaltar a importância desses intercâmbios que foram iniciados anos atrás pelo ex-presidente, deputado Pedro Bittencourt. Sempre gosto de lembrar a história da Assembleia Legislativa deste estado, que foi pioneiro nesse aspecto.

Nós, quando presidente, pudemos dar sequência, bem como todos os ex-presidentes, deputados Julio Garcia, Onofre Santo Agostini, Volnei Morastoni, enfim, todos os deputados que presidiram a Assembleia, e dar oportunidade para que o Parlamento de Santa Catarina fizesse contato com os Parlaentos de outros países, no sentido de conhecer a estrutura e trazer idéias e também avanços tecnológicos e parcerias para o nosso estado.

Então, quero agradecer ao presidente Gelson Merisio pela confiança nesse roteiro. Estamos trazendo esse relatório sucinto, mas pormenorizado, que queremos encaminhar à Presidência da Casa, no sentido de que fique registrado nos anais e que mais uma vez a Assembleia faça o seu papel de aproximação com países irmãos.

Quero aproveitar também a presença do eterno deputado Mário Cavallazzi, que foi um grande deputado, com muitos mandatos nesta

Assembleia e que está neste momento fazendo uma visita a esta Casa. Ele trouxe acima de tudo conhecimento, mas também um pouco de alegria, porque o deputado sempre foi e será uma pessoa alegre, espontânea, que contagia todos.

Era isso, presidente, deputado Nilson Gonçalves, o que queríamos comunicar, prestando contas da nossa viagem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, quero apenas registrar a presença do meu querido amigo Laércio e de mais um grupo de 13 acadêmicos do curso de Direito da Unibave, de Orleans.

Sejam bem-vindos! É sempre animador para esta Casa quando os estudantes aqui comparecem, principalmente os do curso de Direito. Espero que possam levar uma boa impressão do Parlamento de Santa Catarina, que brevemente poderá ser ocupado por alguns de vocês.

A nossa missão nesta Casa é passageira e torcemos para que a nossa região, especialmente, possa brevemente mandá-los para cá. A minha cadeira, por exemplo, a partir de 2014, já estará à disposição de um de vocês.

Sejam todos bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Estou enganado ou ouvimos uma declaração insólita do querido deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Não quis dizer que sairei da política, somente que não serei mais candidato a deputado estadual. Mas quero pedir, se o meu partido deixar, a v.exa. ajuda, pois irei disputar a convenção para ser candidato a governador de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Este é o deputado Joares Ponticelli, precioso parlamentar desta Casa.

Sejam bem-vindos também os acadêmicos que se encontram no plenário. Sintam-se em Casa!

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da deputada, com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti.

(Pausa)

Na ausência da deputada Luciane Carminatti, com a palavra o último orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, quero aproveitar para saudar os alunos da Unibave, de Orleans, que nos visitam.

Associo-me às congratulações do grande deputado do sul e de toda Santa Catarina, meu grande amigo Joares Ponticelli, professor de coração. Tivemos a oportunidade de ser vereador no mesmo período. É uma pessoa por quem tenho estima, admiração e espelho-me muito em sua figura nesta Assembleia.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Eu também, deputado, fui acadêmico do curso de

Direito. Quando ingressei nesse curso, acredito que alguns deles iam ao maternal ainda, porque sou da turma de 1995 e não me formei ainda. Graças a Deus, não porque tenha sido reprovado, mas porque eu tranquei desde que assumi o mandato. De qualquer forma, é um curso sobre o qual tenho muito conhecimento porque militei. E faltam 14 cadeiras somente para concluí-lo. Espero um dia ser colega desses estudantes.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, nobre deputado.

Bem, hoje já estiveram aqui vários deputados falando do dia antitabagismo, e eu me associo a essa mobilização porque tenho a felicidade de não ter fumado até hoje nenhum cigarro. Talvez em razão de ter acompanhado problemas na família relacionados ao consumo tanto do cigarro, quanto do álcool. Por essa razão nunca fumei.

Sei da preocupação que existe por parte do estado, de todos os deputados, no sentido de buscar uma alternativa aos nossos produtores rurais de fumo que também estão sofrendo, porque sabemos que os insumos utilizados para essa produção causam grandes males à saúde dos agricultores.

Então já é momento de os governos federal e estadual, de todos e agora do secretário da Agricultura, deputado federal João Rodrigues, de buscar alternativas para que esses produtores passem a produzir outro tipo interessante de produto para o benefício da população e também em proteção a esses trabalhadores.

Quero registrar, e hoje se falou muito na questão dos professores, que sabemos da preocupação do governador Raimundo Colombo com essa categoria, com a implementação assim determinada do piso salarial e do estudo do plano de carreira.

Então, é uma preocupação do governo que certamente será solucionada, já que existe a boa vontade, o interesse e o desprendimento do nosso governador e de toda a sua equipe, assim como de todos os deputados desta Casa.

Quero me associar também às palavras do deputado Ismael dos Santos com relação à audiência pública que haverá em Chapecó, na próxima sexta-feira, a respeito do consumo e tráfico de drogas no nosso estado e país. Estão ocorrendo vários debates acalorados sobre esse tema. Temos visto nos jornais e também no *Fantástico*, na última semana, matérias sobre a ideia da liberalização, ou pelos menos da descriminalização, de algumas drogas.

O meu posicionamento é frontalmente contrário a essa liberação do uso, da permissão e de tolerância com qualquer tipo de droga, porque certamente ocorrerão os mesmos problemas que aconteceram em países que já fizeram essa liberação e depois não tiveram mais condições de recuperar aquela juventude que, infelizmente, pelas facilidades maiores apresentadas, teve participação e envolvimento com o tráfico e o consumo de drogas.

Quero registrar que tivemos a visita, ao nosso gabinete, do padre Ludovino Labas, prefeito de Lebon Régis. E aproveitamos o encontro para trocar algumas idéias a respeito das questões que enfrentamos, como as drogas e todos esses problemas, que acabam depois se tornando um problema da Polícia.

Acho que a presidente Dilma Rousseff, como mulher preocupada com essa questão, deveria estudar a criação de um salário-mãe para aquela mãe que tem o seu filho e que em vez de mandá-lo para uma

creche passe a dar-lhe educação. O grande problema que enfrentamos, hoje, na educação e, depois, na criminalidade, é a ausência da mãe, ou dos avós, na criação dos filhos.

Então, o governo federal e o Congresso Nacional têm que estudar a possibilidade de dar apoio às mães que ativas na educação de seus filhos. Houve uma época em que todos nós éramos criados por pais e mães. Depois, quando o pai saiu para trabalhar, os avós começaram a ajudar na criação dos filhos. E hoje, infelizmente, o que se quer neste país é somente a criação de creches com um número ilimitado de vagas, porque quem vai criar os filhos de toda a população brasileira são as professoras e as atendentes das creches. Mas depois esses filhos acabam quase que perdendo a ligação que têm com os pais e não os obedecem mais, assim como não obedecem aos professores na escola, tornando-se estudantes revoltados. E daí o professor não consegue mais dar conta e todos nós sabemos o caminho: acabam futuramente sendo um problema para a Polícia.

Então, temos que reestudar a educação das nossas crianças, porque elas viram um problema de escola e viram, infelizmente, mais tarde, um problema de polícia.

Sr. presidente, estamos também dando entrada a uma indicação, já que se trata

de funcionalismo público - e não podemos entrar direto com um projeto de lei, pela inconstitucionalidade ou vício de origem -, tendo em vista a preocupação que temos com os policiais civis, principalmente nessa questão. Fomos até buscar uma legislação correlata e encontramos alguma coisa na Polícia Federal, que seria uma melhor preparação física e psicológica para os nossos policiais. E seria até um trabalho de desestresse, pelo problema que todo policial enfrenta devido à carreira desgastante no seu dia a dia, lidando com problemas e crimes.

O nosso projeto, sr. presidente, é para que seja estabelecido em lei que o policial tenha direito a quatro horas semanais de atividades físicas, de atividades esportivas, de atividades recreativas, no horário de expediente e organizado pelas chefias de forma a não prejudicar a atividade profissional, não prejudicar o resultado, aquilo que se busca, e não prejudicar o atendimento à nossa população, ao nosso cidadão.

A nossa indicação prevê que toda semana o funcionário policial terá direito a quatro horas de atividade física, atividade que será realizada ou no âmbito da instituição ou em academias vinculadas que venham fazer essa preparação. Essa indicação surgiu devido à nossa preocupação com a condição física e psicológica do policial. Queremos buscar que

ele tenha condições, durante a semana, de ter essa desintoxicação psicológica e física, sendo duas horas na parte da manhã e duas horas na parte da tarde.

Muito obrigado, sr. presidente, e na próxima sessão falaremos mais sobre essa indicação!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que serão as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 47ª Sessão Ordinária, do dia 1º de junho de 2011:

Discussão e votação em segundo turno dos Projetos de Lei n.s: 0111/2011; 0139/2011; 0372/2010 e 0606/2009;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0061/2011.

Encerramos a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATO DA MESA DL

ATO DA MESA Nº 026-DL, de 2011

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 50, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE autorização ao Senhor Deputado Gelson Merisio para ausentar-se do País, no período de 03 a 10 de junho do corrente ano, a fim de viajar aos Estados Unidos da América, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em Florianópolis, 2 de junho de 2011

Deputado Moacir Sopelsa - 1º Vice-Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

Deputada Ana Paula Lima - 4º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente

Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATAS DA 1783ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1783ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Paulo Rocha Faria Junior, José Buzzi, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Ausentes justificadamente os Drs: Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, Cecília Biesdorf Thiesen e Fausto Brasil Gonçalves. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0762/11, de Mariza Doraci Pereira; Processo nº 0612/11, de Maria Aparecida Rosa Eckert; Processo nº 0633/11, de Tânia Maria Nowakowski; Processo nº 0642/11, de Maria do Rocio Barreto da Silva; Processo nº 0661/11 de Rosimília Lima Fonseca; Processo nº 0662/11, de Marilidia Costa Amaral; Processo nº 0715/11, de Marília Machado; Processo nº 0725/11, de Dorli Felippi Mantovani; Consulta - Ofício CL nº 200/2011 - 27/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo de Inexigibilidade e do Contrato, aquisição de 42 assinaturas do Jornal

Notícias do Dia". Continuando, o relator deu conhecimento dos pareceres exarados aos MEMOS 0124/11 e 0125/2011 de 19/05/2011, Ofício nº 560/2011 de 17/05/2011 - Mandado de Segurança nº 2011.030951-7 - da Capital, Impetrante: Construtora Espaço Aberto Ltda., Impetrados: Presidente da ALESC e outro, e Ofício nº 558/2011 de 17/05/2011 - Mandado de Segurança nº 2011.030951-7 - da Capital, Impetrante: Construtora Espaço Aberto Ltda., Impetrados: Presidente da ALESC e outro. 2) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0764/11, de Elizabete Olinda Guerra; Processo nº 0663/11, de Fabio Figueiredo Ribeiro; Consulta s/nº - Ofício s/nº de 31/03/2011, Interessado: Visconti & Ristow Advogados Associados "Relatório de pagamentos de vale alimentação de ex-servidores"; Consulta Ofício nº 53/2011-CD de 10/05/2011, Interessada: Cristina Cascaes Sabino - Diretora da Coord. de Inativos e Pensionistas da Câmara dos Deputados - Brasília/DF "Abono de Permanência à servidora Ada Lili Faraco de Luca", e aprovado parecer pelo indeferimento a Consulta - CTA/DF/DAP nº 000745 de 24/05/2011, Interessada: Maria Darci Mota Beck - Diretora Presidente da COHAB/SC "solicita o ressarcimento da remuneração e encargos dos vencimentos já efetuados ao Sr. Mário Marcondes Nascimento". 3) Relatoria da Dra. Cecília Biesdorf Thiesen, tendo em vista a ausência justificada, os processos foram relatados pelo Senhor Procurador Presidente. Aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0765/11, de Clerson Larroyd; Processo nº 0641/11, de Ângelo Ferreira da Silva; Ofício nº

0356/2011/PJ/CAP - 18/05/2011, Interessado: Durval da Silva Amorim - Promotor de Justiça da Capital "Solicita informações acerca da legislação que fundamenta a publicação e postagem de informativo parlamentar por meio da ALESC, cuja cópia consta da documentação encaminhada, e, sendo o caso esclarecimentos em relação às respectivas verbas despendidas" e retirados de pauta os processos: Processo nº 0659/11, de Walbia Salette Bittencourt Correa; Processo nº 0768/11, de Aristeu Vieira Stadler. 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, devido o mesmo encontrar-se em licença o Processo nº 0690/11, de Maria Marcon Correa, foi relatado pelo Senhor Presidente, aprovado parecer por unanimidade. 5) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0760/11, de Mariângela Mella; Processo nº 0761/11, de Rubia Mara Decol; Processo nº 0744/11, de Solon Soares; Processo nº 0745/11, de Alexandre Melo; Processo nº 0746/11, de Gilmar Gargin; Ofício nº 8921/2011/DAP - 25/04/2011, Interessado: Reinaldo Gomes Ferreira - Diretor DAP/TC "APE - 11/00044621, do Relatório TCE/DAP nº 1717/2011, relativo ao ato de aposentadoria de Darci Costa"; Ofício nº 8922/2011/DAP - 25/04/2011, Interessado: Reinaldo Gomes Ferreira - Diretor DAP/TC "APE - 11/00054224, do Relatório TCE/DAP nº 1774/2011, relativo ao ato de aposentadoria de Valeria Maria Buss"; Ofício nº 8529/2011/DAP - 06/05/2011, Interessado: Reinaldo Gomes Ferreira - Diretor DAP/TC "APE - 10/00810108, do Relatório TCE/DAP nº 648/2011, relativo ao ato de aposentadoria de Geraldo Martins Bittencourt". 6) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0763/11, de Ednilso José Acorsi; Processo nº 0701/11, de Maria Nagiba Demetrio Ribeiro; Processo nº 0602/11, de Márcia Gonzaga de Oliveira; Processo nº 0611/11, de Laura Elita Vieira Amorim; Processo nº 0614/11, de Frederico Alexandre Crippa, Processo nº 0637/11, de Sérgio Ney Santana de Oliveira; Processo nº 0658/11, de Márcia Helena Pereira; Processo nº 0664/11, de Soraya Fincio Faria; Processo nº 0668/11, de Fernanda Simões Vieira Guimarães Torres; Consulta - Ofício CL nº 199/2011 - 27/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital para aquisição de rádios portáteis e fones de ouvido para uso dos militares que prestam segurança à ALESC" e a Consulta - Ofício CL nº 201/2011 - 30/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Termo de Inexigibilidade e do Contrato, aquisição de espaço físico com Stand na XIII Festa do Pinhão na Cidade de Lages/SC". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dia seis (06) de junho. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 1º de Junho de 2011.

*** X X X ***

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 12ª REUNIÃO DE ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA, REALIZADA ÀS 09H00 DO DIA 31 DE MAIO DE 2011.

Às nove horas do dia trinta e um de maio do ano de dois mil e onze, sob a Presidência do Deputado Romildo Titon reuniram-se à Comissão de Constituição e Justiça, com a presença dos Senhores Deputados: Sargento Amauri Soares, Maurício Eskudlark, José Nei Alberton Ascari, Volnei Morastoni, Jorge Teixeira substituiu Elizeu Mattos, Adilor Guglielmi substituiu Dado Cherem. Aberto os trabalhos o Presidente colocou em discussão e votação a Ata da 11ª Reunião Ordinária, que foi aprovada por unanimidade e passou a palavra aos senhores deputados para relatar as matérias em pauta: **O Deputado Sargento Amauri Soares** relatou o Projeto de Lei de nº 0160.5/2011, exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Maurício Eskudlard** relatou o Projeto de Lei de nº 0155.8/2011, exarou parecer favorável, que posto em

discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0126.3/2011 exarou parecer favorável com emenda substitutiva global, que posto em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Elizeu Mattos. **O Deputado José Nei Alberton Ascari** relatou o Projeto de Lei de nº 0158.0/2011, exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0167.1/2011 exarou parecer contrário, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade e o Projeto de Lei de nº 0109.2/2011 exarou parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. **O Deputado Romildo Titon** relatou os Projetos de Lei de nºs 0109.2/2011; 0175.1/2011; 0176.2/2011; 0375.7/2010; 0178.4/2011 exarou pareceres pela diligência, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei de nº 0127.4/2011 e 0177.3/2011 exarou pareceres favoráveis, que colocados em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei de nº 0179.5/2011 exarou parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria e a Medida Provisória de nº 0117/2011 exarou parecer favorável, que colocada em discussão e votação, foi cedido pedido de vista em gabinete ao Deputado Volnei Morastoni. Nada mais havendo a tratar o presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou a presente reunião, do qual, eu, Robério de Souza, chefe da Secretaria, lavrei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 2011.

Deputado Romildo Titon

Presidente

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Aos quatro dias do mês de maio de dois mil e onze, às onze horas, sob a Presidência do deputado Volnei Morastoni, reuniram-se os Deputados membros da Comissão de Saúde: Carlos Chiodini, Jorge Teixeira, Valmir Comin, Dado Cherem, Mauro de Nadal, Sargento Amauri Soares e Valmir Comin. Aberto os trabalhos, o Deputado Presidente comunica aos membros da comissão sobre o ofício enviado ao Secretário da Saúde convidando para a Audiência Pública de prestação de contas do terceiro e quarto trimestres de dois mil e dez, juntamente com o primeiro trimestre de dois mil e onze da gestão do SUS, atendendo ao dispositivo da Lei de nº 8689 de vinte e sete de julho de mil novecentos e noventa e três, conforme preceitua o art. 9 do decreto Federal de nº 1651 de vinte e oito de setembro de mil novecentos e noventa e cinco. Na sequência, divulgou o cronograma das próximas audiências públicas a serem realizadas pela comissão, pedindo a sua assessoria o envio do novo cronograma aos seus pares. Ato contínuo, o Presidente passou a palavra aos Deputados para relatarem seus projetos: O Deputado Jorge Teixeira relatou o **PL./0029.3/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade, relatou **ainda o PL./0040.9/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade; o **PL./0229.1/2009**, voto favorável, em discussão, em votação foi concedido Vista aos Deputados: Mauro de Nadal, Dado Cherem e Valmir Comin. Com a palavra o Deputado Valmir Comin relata o **OF./0092.6/2010**, voto favorável ao arquivamento, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade; relata o **OF./0089.0/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade, o **OF./0185.0/2010**, voto favorável ao diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0369.5/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade; o **OF./0398.0/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência o deputado Mauro de Nadal relata o **OF./0018.7/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade; o **OF./0055.1/2011**, voto favorável, em discussão, em votação,

foi aprovado por unanimidade. Com a palavra o Deputado Carlos Chiodini relatou o **OF./0002.0/2011**, voto favorável ao diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; o **OF./0005.2/2011**, voto favorável ao diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0053.0/2011**, voto favorável ao diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0080.2/2010** voto favorável ao diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0145.2/2009**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0281.9/2010**; voto favorável ao diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0308.3/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0368.4/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0408.6/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0455.2/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0512.5/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade. Deputado Jorge Teixeira, **PL./0029.3/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **PL./0040.9/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; o **PL./0299.1/2009**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado voto Vista aos deputados Mauro de Nadal, Dado Cherem e Valmir Comin. Deputado Sargento Amauri Soares relata os projetos: **OF./0003.0/2010**, voto favorável ao diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0028.9/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0083.5/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, foi aprovado por unanimidade; **OF./0184.9/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0256.8/2010**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **OF./0291.0/2010**, voto favorável ao diligenciamento, em discussão, em votação, aprovado por unanimidade; **PL./0044.2/2011**, voto favorável, em discussão, em votação, aprovado voto vista ao deputado Carlos Chiodini. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, onde para constar eu, Lígia de Oliveira Stoeterau, chefe de secretaria, li e digitei a presente ata que após ser lida e aprovada por todos os membros da Comissão acima epigrafada, será assinada pelo Presidente e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia. Sala das Comissões, em quatro de maio de dois mil e onze.

Deputado VOLNEI MORASTONI
Presidente da Comissão de Saúde
*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RÁDIOS PORTÁTEIS E FONES DE OUVIDO

DATA: 14/06/2011 - **HORA:** 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 14 de junho de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, 6º andar do Edifício João Cascaes localizado na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 02 de junho de 2011.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações
*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 103/2011

REFERENTE: **01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 002/2011-00, celebrado em 01/12/2010.**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Floripetro Comércio de Combustíveis Ltda.
OBJETO: Tem por finalidade repactuar o preço do litro de gasolina comum, **aumentando seu valor unitário** que passa de **R\$ 2,35** (dois reais e trinta e cinco centavos) para **R\$ 2,70** (dois reais e setenta centavos) nos fornecimentos efetuados a partir da zero hora do dia **08 de abril de 2011**, conforme comprova a nota fiscal de fornecimento da Schell do Brasil Ltda., nº 000009860, série 1, de 08 de abril de 2011. Repactuar o preço do litro de álcool, **aumentando seu valor unitário** que passa de **R\$ 1,70** (hum real e setenta centavos) para **R\$ 1,96** (hum real e noventa e seis centavos) nos fornecimentos efetuados a partir da zero hora do dia **08 de abril de 2011**, conforme comprova a nota fiscal de fornecimento da Schell do Brasil Ltda., nº 000009401, série 1, de 10 de fevereiro de 2011.

Em decorrência de tal reajuste o limite contratual ano que era de R\$ 504.000,00 (quinhentos e quatro mil reais) **passa para** R\$ 579.200,00 (quinhentos e setenta e nove mil e duzentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei n.º 8.666/93; Itens 3.5 e 3.6 da Cláusula Terceira do Contrato original; Autorização administrativa.

Florianópolis, 05 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC
Mauricio Aléxis Bentancor Mendonza- Sócio Administrador
*** X X X ***

EXTRATO Nº 104/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 028/2011, celebrado em 17/05/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.
CONTRATADA: Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC).

OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico, incluindo Stand de alumínio, na 43ª Convenção Estadual do Comércio Lojista que acontecerá na cidade de Chapecó/SC no período de 26 a 28 de maio do corrente ano.

O referido Stand terá um pé direito de 2,20m, piso carpete azul, 01 lâmpada fluorescente, 01 tomada simples, Símbolo da Assembleia em vinil preto, internet wireless e passaporte para os servidores da ALESC durante todo o evento.

VALOR GLOBAL: 49.995,00

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 017/2011; Autorização para Processo Licitatório nº 0036/2011.

Florianópolis, 17 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC
Sérgio Alexandre Medeiros- Presidente
José Raulino Esbitskoski- Vice-Presidente
*** X X X ***

EXTRATO Nº 105/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 017/2011 celebrado em 16/05/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
CONTRATADA: Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina.

OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico, incluindo Stand de alumínio. O referido Stand terá um pé direito de 2,20m, piso carpete azul, 01 lâmpada fluorescente, 01 tomada simples, Símbolo da Assembleia em vinil preto, internet wireless e passaporte para os servidores da ALESC durante todo o evento na 43ª Convenção Estadual do Comércio Lojista que acontecerá na cidade de Chapecó/SC no período de 26 a 28 de maio do corrente ano.

VALOR GLOBAL: R\$ 49.995,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0036/2011.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 16 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC
*** X X X ***

EXTRATO 106/2011

REFERÊNCIA: 1ª Publicação da Ata Registro de Preço CL nº 004/2011 oriunda do Pregão Presencial CL nº 009/2011.

OBJETO: Aquisição e instalação completa de equipamentos de ar-condicionado e sistema de drenagem
VIGÊNCIA DA ATA: 01 (um) ano após a assinatura da Ata (24 de maio de 2011).

FUNDAMENTO LEGAL: art. 15 da Lei nº 8.666/93 da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Ato da Mesa nº 214/2007 e, subsidiariamente pelo Decreto nº. 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além

das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão CL nº 009/2011.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	MARCA/MODELO	QTDE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	Aparelho de ar condicionado tipo SPLIT SYSTEM WALL, contendo a unidade condensadora e evaporadora, 9.000 BTU/H, ciclo frio, tensão 220v, monofásico, comando em controle remoto sem fio.	RHEEM/RB1HW09AC2B	25	784,94	19.623,50
02	Aparelhos de ar condicionado tipo split System Wall, contendo a unidade condensadora e evaporadora, 18.000 BTU/H, ciclo frio, tensão 220v, monofásico, comando em controle remoto.	RHEEM/RB1HW18AC2B	25	1.283,02	32.075,50
03	Mão de obra para instalação de ar-condicionado tipo split System Wall, contendo a unidade condensadora e evaporadora, 9.000 BTU/H, ciclo frio, tensão 220v, monofásico, comando em controle remoto sem fio.		13	200,00	2.600,00
04	Mão de obra para instalação de ar-condicionado tipo split System Wall, contendo a unidade condensadora e evaporadora, 18.000 BTU/H, ciclo frio, tensão 220v, monofásico, comando em controle remoto.		12	200,00	2.400,00
	Valor dos equipamentos	51.699,00			
	Valor da mão de obra	5.000,00			
	VALOR TOTAL DO LOTE	56.699,00			

1ª REGISTRADA: W & Z Comércio e Serviços Hospitalares Ltda.
Endereço: Rua Nascente do Sol, nº 500 - Ponte do Imaruim / Palhoça
CEP 88130-570

Fone/fax (48) 3342-2024/ 3342-0383

E-mail licitacao@wzhospitalar.com

CNPJ/MF nº 05.968.162/0001-31

2ª REGISTRADA: ZACCHI- Comércio e Representações e Serviços Ltda.

Florianópolis, 24 de maio de 2011

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 107/2011

REFERENTE: 08º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 009/2010-00, celebrado em 02/02/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicações Ltda. ME
OBJETO: Alterar quantitativa do objeto original, acrescentando 12 (doze) assinaturas de revistas e diversos.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I alínea "b" e § 1º da Lei nº 8.666/93; Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa. Florianópolis, 17 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Rosely Much- Indobel Ltda-me

*** X X X ***

EXTRATO Nº 108/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 020/2011 celebrado em 02/06/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Prefeitura de Lages.

OBJETO: Aquisição de cota de participação e de espaço físico com aproximadamente 80 m² na XXIII Festa Nacional do Pinhão que acontecerá no município de Lages no período de 16 a 26 de junho de 2011, oportunidade onde a ALESC poderá:

• fixar de *banner*, símbolo e logomarca institucional; utilizar espaço físico em Stand de aproximadamente 80m².

VALOR GLOBAL: R\$ 40.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0047/2011.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica -).

Florianópolis, 02 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 109/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 016/2011 celebrado em 16/05/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Federação Catarinense de Municípios (FECAM).

OBJETO: Aquisição de quota de participação do Poder Legislativo no IX Congresso Catarinense dos Municípios e Expofecam que acontecerá da cidade de Florianópolis nos dias 04 e 05 de julho de 2011, com direito de inserção da logomarca da ALESC nos itens de divulgação, colocação de banner no auditório e disponibilização de espaço físico e montagem de um Stand de 20 metros quadrados com layout básico.

VALOR GLOBAL: R\$ 30.000,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93 e Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 0030/2011.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação 1144 (Manutenção de Serviços Administrativos Gerais) e Item Orçamentário 3.3.90.39.99 (Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica).

Florianópolis, 16 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 110/2011

REFERENTE: Inexigibilidade nº 019/2011 celebrado em 01/06/2011.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Editora Notícias do Dia Ltda.

OBJETO: 42 (quarenta e duas) assinaturas do Jornal a Notícia do Dia para atender a demanda da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, mais especificamente dos senhores Deputados.

VALOR GLOBAL: R\$ 14.616,00

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, alterações posteriores, Prejulgado nº 1124 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e processo licitatório LIC nº 083/2010.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: Ação: 1144 - Manutenção e Serviços Administrativos Gerais.

Elemento: 3.3.90.39.01. - Assinaturas de Periódicos e Anuidades.

Florianópolis, 01 de junho de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC

*** X X X ***

EXTRATO Nº 111/2011

REFERENTE: 03º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 009/2010-00, celebrado em 06/02/2009.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Gota D' Água Comércio de Água e Papéis Ltda- Me

OBJETO: O presente Termo Aditivo, com base na reivindicação da Contratada, tem por finalidade reajustar o contrato original em 11,58% (onze vírgula cinquenta e oito por cento) correspondente à variação do Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas - IGPM/FGV, apurado no período de março/2009 a fevereiro/2011, com eficácia a partir da competência maio/2011, inclusive, passando o valor unitário da higienização de cada bebedouro de R\$ 31,90 (trinta e um reais e noventa centavos) para R\$ 35,60 (trinta e cinco reais e sessenta centavos).

Em razão de tal reajuste o valor global do contrato/ano passa de R\$ 16.077,70 (dezesseis mil setenta e sete reais e setenta centavos) para R\$ 17.942,40 (dezessete mil novecentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).

VIGÊNCIA: 01/05/2011 a 31/12/2011

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d", da Lei nº 8.666/93; Item 3.4 da Cláusula Terceira do Contrato original e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 03 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Gilson Sérgio Vieira- Procurador

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 240/11

APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

Urupema, 30 de maio de 2011.

Ilmo SR.

GELSON MERISIO

DD. Presidente ALESC

FLORIANOPOLIS/SC

Prezado Senhor,

Segue em anexo a prestação de contas de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL, conforme Lei 15.125 da nossa entidade para as devidas providências.

Atenciosamente,

Gianni Terezinha Schlickmann de Souza - Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 02/06/11

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 2196, de 02 de junho de 2011**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 018/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1998	Bernadete Albani Leiria	
2543	Juçara Helena Rebelatto	
1877	Antonio Henrique C. Bulcão Viana	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2197, de 02 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde à servidora abaixo relacionado:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1170	Jacqueline S. Thiago de Carvalho Quaresma	05	23/05/11	0824/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2198, de 02 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1848	Ivan Althoff de Medeiros	90	12/05/11	0823/11
1232	Maria Regina Garcia Pereira	30	23/05/11	0825/11

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2199, de 02 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor **RODRIGO DUARTE**, matrícula nº 6536, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2200, de 02 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1170	Jaqueline S. Thiago de Carvalho Quaresma	05	28/05/11	830/2011
1581	Roberto Pereira Rodrigues	90	01/06/11	831/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2201, de 02 de junho de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
1223	Regina Maura Santos Soares	30	24/05/11	0834/2011
0620	Sérgio Rogério Furtado Arruda	30	30/05/11	0833/2011
1460	Ivelise Sell	30	01/06/11	0835/2011

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 196/11**

Dá nova redação aos arts. 2º e 10 da Lei Promulgada nº 10.501, de 9 de setembro 1997, alterada pela Lei nº 14.947, de 4 de novembro de 2009.

Art. 1º Os arts. 2º e 10 da Lei Promulgada nº 10.501, de 9 de setembro de 1997, alterada pela Lei nº 14947, de 4 de novembro de 2009, passarão a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º O sistema de segurança prescrito nesta Lei compreende pessoas adequadamente preparadas, assim chamadas vigilantes; portas eletrônicas de segurança individualizadas (PESI); leitor de impressão digital, alarme capaz de permitir, com segurança, comunicação entre o estabelecimento financeiro e outro da mesma instituição, empresa de vigilância ou órgão policial mais próximo; equipamentos elétricos, eletrônicos e de filmagem que possibilitem a identificação dos assaltantes e, pelo menos, mais um dos seguintes dispositivos:

[...]

§ 1º O leitor de impressão digital deverá ser instalado junto à porta giratória, na entrada da agência bancária, havendo a sua liberação após a identificação digital da pessoa.

§ 2º As impressões digitais ficarão armazenadas em um banco de dados do estabelecimento bancário. (NR)

Art.10. A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o estabelecimento infrator às seguintes sanções:

I - advertência, mediante notificação, para que promova a regularização da pendência no prazo de trinta dias úteis;

II - multa de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) por infração, dobrada a cada reincidência até a terceira, a qual será reajustada, anualmente, com base na variação do Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM/FGV, ou por índice que vier a substituí-lo; e

III - suspensão do alvará de funcionamento do estabelecimento até a sua regularização, após a terceira reincidência.

§ 1º Os recursos oriundos da arrecadação das multas serão recolhidos em favor da Unidade Orçamentária 16091 - Fundo

para Melhoria da Segurança Pública, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e do Cidadão.

§ 2º Os Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários e a Federação dos Vigilantes de Santa Catarina poderão representar junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública contra os estabelecimentos financeiros que funcionem em sua base territorial e que estejam transgredindo o disposto nesta Lei." (NR)

Art. 2º Esta Lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo cento e vinte dias, a contar da data de sua publicação, nos termos do inciso III do art. 71 da Constituição do Estado.

Parágrafo único. Os estabelecimentos previstos no art. 1º, *caput* e parágrafo único, da Lei Promulgada nº 10.501, de 9 de agosto de 1997, terão o prazo de noventa dias, a contar da sua regulamentação, para se adaptarem ao estabelecido nesta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Darci de Matos

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/11

JUSTIFICATIVA

A presente proposição leva em consideração a elevada incidência de crimes em agências bancárias através de observação da movimentação financeira dos clientes, bem como as possibilidades de furtos, assaltos e até latrocínios aos clientes, após a saída das agências bancárias, sendo que o acesso às agências é monitorado apenas por câmeras e detector de metais.

Assim, justifica-se o presente projeto de lei no sentido de adotar, preventivamente, a obrigatoriedade da implantação do referido equipamento, uma vez que há maior eficiência e eficácia na prevenção de ocorrências, considerando relação custo x benefício.

Ainda, com a identificação das pessoas que entram na agência bancária fica possível o controle dos acessos e respectiva identificação em caso de necessidade, além da medida coibir a intenção dos marginais, ampliando as perspectivas de segurança, preservando a integridade dos clientes e a credibilidade das agências.

Portanto, por se tratar de medida de alto alcance social, conto com o apoio dos nobres Pares para aprovação deste projeto de lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 197/11

Declara de utilidade pública a Associação dos Funcionários e Voluntários do Hospital Santa Inês - Afuvohsi, de Balneário Camboriú.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Funcionários e Voluntários do Hospital Santa Inês - Afuvohsi, com sede no município de Balneário Camboriú.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Dado Cherem

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/11

JUSTIFICATIVA

Trago à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Associação dos Funcionários e Voluntários do Hospital Santa Inês, de Balneário Camboriú.

Trata-se de uma entidade sem fins lucrativos e que tem por finalidade promover a saúde gratuita, proporcionar aos pacientes momentos de lazer, leitura e conversação, com o objetivo de levar-lhes bem-estar, promover o voluntariado, a integração dos pacientes, familiares e profissionais e o auxílio de pacientes carentes.

Assim, por entender que a declaração de utilidade pública servirá como incentivo àquela entidade, solicito aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE RESOLUÇÃO

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO PRS Nº 007.8/2011

Altera o Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 1º Fica acrescido o inciso XVI ao art. 27 da Seção II do Capítulo VII do Título I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

"Art. 27.....
XVI - Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência"

Art. 2º Ficam acrescidos a Seção XVI ao Capítulo IV do Título III, e o art. 85-B ao Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008, com a seguinte redação:

"Seção XVI

Da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Art. 85 -B. São os seguintes os campos temáticos ou áreas de atividade da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

I - programas de assistência à pessoa portadora de deficiência, com o objetivo de assegurar:

a) respeito aos direitos humanos;

b) tendo discernimento, ser ouvida sempre que esteja em causa o seu direito;

c) não ser submetida a intromissões arbitrárias e ilegais na vida privada, na família, no domicílio ou correspondência;

d) expressão livre de sua opinião sobre todas as questões, consoante a idade e maturidade; e

e) atendimento médico e psicológico imediato em caso de exploração sexual, tortura, pressão psicológica ou intoxicação por efeito de entorpecentes e drogas;

II - política de atendimento à saúde das pessoas portadoras de deficiência, de modo a garantir a prevenção de doenças ou condições que favoreçam o seu surgimento, assegurando o direito à habilitação e à reabilitação com todos os recursos necessários; e

III - assistência às pessoas portadoras de deficiências profundas em instituições em regime de internato ou semi-internato;"

Art. 3º Ficam suprimidos os incisos XVI, XVII e XVIII do art. 76 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, aprovado pela Resolução nº 005, de 16 de dezembro de 2008.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado José Nei Alberton Ascari
Deputada Ângela Albino
Deputado Dado Cherem
Deputado Dirceu Dresch
Deputado Sargento Amauri Soares
Deputado Darci de Matos
Deputado Manoel Mota
Deputado Silvio Dreveck

Lido no Expediente
Sessão de 02/06/11

JUSTIFICATIVA

A presente proposta amplia os órgãos institucionais do Poder Legislativo, criando a Comissão Permanente de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com o escopo de zelar pela observância dos direitos positivados, além de ampliar e fiscalizar a aplicação das políticas públicas voltadas às Pessoas com Deficiência.

A medida está em consonância com a Constituição Cidadã, na qual ficou caracterizada de forma notória a preocupação do constituinte original, com a proteção das pessoas com deficiência, em todos os aspectos, a exemplo das atividades laborais (art. 7º, inciso XXXI e art. 37, inciso VIII), educação (art. 208, inciso III), integração social (art. 227, inciso II) e mobilidade (art. 227, § 2º e art. 244).

Desta forma, a presente medida possui o condão de dotar a Casa de um Órgão especializado para contribuir com a integração e proteção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, motivo pelo qual conto com o apoio dos nobres Pares.

*** X X X ***